



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL E GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO

PLÍNIO OSÓRIO FONSECA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO
DE PEQUENOS PRODUTORES DO DISTRITO DE BOANE NO ANO DE
2016.**

Maputo, Agosto de 2017

PLÍNIO OSÓRIO FONSECA

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO DE PEQUENOS PRODUTORES DO DISTRITO DE BOANE NO ANO DE 2016.

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como Requisito Parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento.

O Supervisor:

Prof. Doutor Cláudio Mungoi

O Presidente:

Prof. Doutor Boaventura Cau

O arguente:

Prof. Doutor Orlando Nipassa

Maputo, Agosto de 2017

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Plínio Osório Fonseca**, declaro por minha honra que este trabalho nunca foi apresentado no seu conteúdo para a obtenção de qualquer grau acadêmico, constituindo sim, resultado de uma pesquisa individual, tal como apresentadas no texto, as respectivas fontes usadas para a concretização do mesmo.

O Autor

Plínio Osório Fonseca

DEDICATÓRIA

Em primeiro lugar dedico este trabalho a Deus pela bênção e protecção que me tem dado no dia-a-dia, aos meus pais, Osório Fonseca e Domília Joaquim Roia Tesoura (em memória) e aos meus avôs Fonseca Paulino e Isabel Nassivila (em memoria) por me terem trazido ao mundo e ensinarem-me o caminho da vida. A minha esposa Íris Balbina Vaz Fonseca por compreender-me em diversas ocasiões em que estive ausente do lado da família durante as pesquisas de campo para a realização deste trabalho, mas nunca abdicou de mim; Aos meus irmãos Sérgio, Têlvio, Stella, Nilvan e Magna pelo apoio e conforto em momentos cruciais desta caminhada. Aos meus tios Francelino Vendo e Owen Gouveia Tesoura, aos meus amigos que sempre me apoiaram e incentivaram nos momentos difíceis, permitindo assim a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão a Deus por me ter dado a vida e abençoado em tudo o quanto almejo. Um agradecimento especial ao meu supervisor Prof. Doutor Cláudio Mungoi, por todo apoio e auxílio prestado durante a fase da pesquisa e elaboração desta dissertação. Os agradecimentos são extensivos à Coordenação do curso de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento pela abertura e disponibilidade em atender e clarificar todas as nossas preocupações durante a formação.

Aos professores Prof. Doutor Juvenal Belegamire, Prof. Doutor Blaunde Patimale e Prof. Doutor Jorge Fringe por terem-se prontificado a ajudarem nas cartas de recomendação ao mestrado, aqui vai o meu muito obrigado.

A dra. Gelifez Chivambo, pela dedicação e paciência no processo de transcrição de entrevistas e apoio durante o processo de colecta de informação, ao Mestre Firmino Mujovo pela ajuda que deu durante a etapa final do trabalho incentivando-me para que termina-se esta fase. A Eng.^a Michelle Vaz pela organização e estruturação do texto e incentivo durante a caminhada.

Também gostaria de estender os meus agradecimentos a todo o corpo docente do curso de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento da FLCS-UEM, pela contribuição na minha formação para a obtenção do grau de Mestre.

Aos familiares, amigos e colegas do curso que juntos compartilhamos as adversidades próprias do ambiente académico, mas sempre superadas individual e/ou colectivamente.

“Africa must run..., while other walk”¹.

Professor ThandikaMkandawire

“O indivíduo só poderá agir na medida em que aprender a conhecer o contexto em que está inserido a saber, quais são suas origens e as condições de que depende. E não poderá sabê-lo sem ir à escola, começando por observar a matéria bruta que está lá representada ”.

Émile Durkheim

“What a men can do..., another men can do²”

Osório Fonseca

¹Tradução em português que significa: África deve correr..., enquanto os outros andam

²Tradução em português que significa: o que um homem pode fazer o outro homem também é capaz de fazer.

RESUMO

O presente estudo procura compreender a contribuição da economia solidária no processo de desenvolvimento local, buscando estudar os pequenos produtores do distrito de Boane como a unidade de análise.

Actualmente é possível perceber que o Estado tem adoptado políticas públicas de desenvolvimento local com foco na geração de trabalho e renda para a população. Tais estratégias de gestão local vêm adoptando os conceitos da economia solidária baseada na cooperação e valorização de conceitos tais como a participação, fazendo com que a população local expanda as suas liberdades. O objectivo da pesquisa foi de compreender o contributo da economia solidária no processo de desenvolvimento local, buscando perceber a partir das estratégias de desenvolvimento orientadas para os pequenos produtores, descrevendo o seu modelo comportamental, e analisando em última instância os mecanismos de estabelecimento de redes de cooperação e solidariedade dos mesmos. A pesquisa foi de carácter exploratório e teve como instrumento de colecta de dados a entrevista semi-estruturada, bem como a observação participante.

Para o efeito foi avançada a hipótese, de que forma é que a economia solidária contribui para o processo desenvolvimento local no distrito de Boane. Para análise deste fenómeno escolheu-se as teorias de desenvolvimento como expansão de liberdades de Amartya Sen (2000), a de capital social de James Coleman (1990), buscando defender o desenvolvimento como a capacidade que os actores locais têm de fazer diferentes escolhas dentro desse mesmo contexto, abarcando os aspectos de organização social de trabalho, tais como redes de cooperação e solidariedade, normas e confiança como elementos que facilitam a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo promovendo acções de desenvolvimento local.

Os resultados constatados a partir deste estudo sugerem que, a economia solidária é uma estratégia de desenvolvimento local evidente naquele território (distrito de Boane) e pode ser ainda potencializada para que atinja melhores níveis, confirmando desse modo a nossa hipótese de que como estratégia de desenvolvimento local a economia solidária apresenta-se como uma forma de organização social do trabalho para os pequenos produtores do distrito de Boane.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Desenvolvimento Local, Economia Solidária, Redes de cooperação e solidariedade, Pequenos Produtores.

ABSTRACT

The present study seeks to understand the contribution of the solidarity economy to the local development process, aiming to study the small farms of the district of Boane as the unit of analysis.

Currently is possible to understand that the State has adopted public policies of local development with focus on the generation of work and income for the population. Such local management strategies have adopted the concepts of solidarity economy based on cooperation and value of concepts such as participation, causing the local population to expand their freedoms.

The objective of the research was to understand the contribution of the solidarity economy to the local development process, seeking to perceive from the development strategies oriented to the small farmer's, describing their behavioral model, and analyzing in the last instance the mechanisms of establishment of networks of cooperation and solidarity. The research was exploratory and had as instrument of data collection the semi-structured interview, as well as participant observation.

For this purpose, the hypothesis was advanced, in what way the solidarity economy contributes to the local development process in the Boane district. For the analysis of this phenomenon we chose the theories of development as freedom expansion of Amartya Sen (2000), and social capital of James Coleman (1990), seeking to defend development as the capacity that local actors have to make different choices within the same context, covering aspects of social organization of work, such as networks of cooperation and solidarity, norms and trust as elements that facilitate coordination and cooperation for mutual benefit by promoting local development actions.

The results obtained from this study suggest that solidarity economy is a local development strategy evident in that territory (Boane district) and can be further leveraged to reach higher levels, thus confirming our hypothesis that as a development strategy solidarity economy is presented as a form of social organization of work for the small producers of the district of Boane.

Keywords: Development, Local Development, Solidary Economy, Cooperation's and Solidary networks, Small farmers.

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ADL's	Agências de desenvolvimento local
CLUSA	Cooperative League of United States of America
DL	Desenvolvimento Local
EES	Empreendimentos Económicos Solidários
ES	Economia Solidária
FLCS	Faculdade de Letras e Ciências Sociais
INE	Instituto Nacional de Estatística
MAE	Ministério de Administração Estatal
OIM	Organização Internacional de Trabalho
PARPA	Plano de Acção para à Redução da Pobreza Absoluta I e II
PDB	Perfil do Distrito de Boane
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PRES	Programa de Reabilitação Económica e Social
PROAGRI	Programa Nacional de Agricultura
PRORURAL	Programa de Desenvolvimento Rural
RSA	República da África do Sul
SDASA	Serviços Distritais de Agricultura e Segurança Alimentar
SDEDH	Serviços Distritais de Educação e Desenvolvimento Humano
SDPI	Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estrutura de Boane
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNDP	United Nations Development Programme

ÍNDICE

FOLHA DE ROSTO.....	II
DECLARAÇÃO DE HONRA	III
DEDICATÓRIA	IV
AGRADECIMENTOS.....	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	IX
CAPITULO I.....	1
1. Introdução.....	1
1.1 Estrutura do Trabalho	3
CAPITULO II.....	4
FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	4
2.1 Revisão da Literatura.....	4
2.2 Problema.....	11
2.3 Hipóteses	13
2.4 Variáveis.....	13
CAPITULO III	14
JUSTIFICATIVA	14
CAPITULO IV	16
OBJECTIVOS DO ESTUDO.....	16
4.1. Objectivo geral.....	16
4.2. Objectivos específicos.....	16
CAPITULO V	17
METODOLOGIA DE TRABALHO.....	17
5.1. Caracterização da pesquisa.....	17

5.2. Colecta de dados	19
5.3. Analise dos dados.....	20
5.4. Universo e Amostra.....	21
5.5 Questões éticas.....	23
5.6. Constrangimentos.....	23
5.7. Breve caracterização do contexto físico e socioeconômico de Moçambique.....	24
5.8. Localização e Caracterização do Distrito de Boane: aspectos administrativos, sócio - econômicos e físicos	26
CAPITULO VI	31
ENQUADRAMENTO TEÓRICO – CONCEPTUAL	31
6.1. Enquadramento Teórico	31
6.1.1. Teorias de base	31
6.1.2. Teorias Auxiliares	33
6.2. Principais Conceitos.....	36
6.2.1. Pequenos Produtores.....	36
6.2.2. Desenvolvimento.....	36
6.2.3. Desenvolvimento Economico	38
6.2.4. Desenvolvimento Local	43
6.2.5. Economia solidaria	45
CAPITULO VII.....	53
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	53
7.1. Identificação das experiencias de desenvolvimento local no distrito de Boane orientados para os pequenos produtores.....	53
7.2. Descrição do modelo comportamental dos pequenos produtores do distrito de Boane.....	55
7.2.1. Função de Produção.....	56

7.2.2. Função de Distribuição	59
7.3. Os mecanismos de estabelecimento de redes de cooperação e solidariedade dos pequenos produtores do distrito de Boane.	61
7.3.1. Configuração da rede.....	62
7.3.2. Tempo de associação dos actores.....	63
7.3.4. Acções desenvolvidas pela rede.....	63
7.3.5. Mecanismos de coordenação.....	64
7.3.6 Dimensão da rede	64
CAPITULO VIII.....	66
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	66
8.1 Conclusão	66
8.2. Recomendações.....	70
CAPITULO IX	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71
ANEXO I – ASSOCIAÇÕES AGRO – PECUÁRIAS DE BOANE	77
ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO	79
ANEXO III - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS	80

CAPITULO I

1. Introdução

A busca de um modelo adequado para o desenvolvimento foi sempre uma tarefa árdua, e acima de tudo, um grande desafio dos países do Terceiro Mundo e principalmente dos africanos recém – independentes, como é o caso de Moçambique, Sambo (s/d). Contudo a persistência na busca de políticas e estratégias de desenvolvimento que se pretendam exequíveis tem caracterizado os esforços do Governo e de diferentes actores sociais comprometidos com o desenvolvimento de Moçambique.

O Plano Prospectivo Indicativo configura-se relevante dentre as primeiras medidas de desenvolvimento de Moçambique pós – independência, tendo-se seguido a este outras medidas ou políticas e estratégias de desenvolvimento como a Socialização do Campo, Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES); Plano de Acção para à Redução da Pobreza Absoluta I e II (PARPA); Agenda 2025, entre outras. No entanto, estas políticas ou programas acima citados ainda não surtiram efeitos pelos quais foram definidas, eliminar ou reduzir a pobreza.

A actual situação de busca de um modelo de desenvolvimento constitui motivo de preocupação quer a nível político – administrativo como a nível social e económico, tentativas mais recentes de combater a pobreza em Moçambique ainda resumem-se na aposta a agricultura, principalmente a praticada pelo pequeno produtor.

Tendo em conta que em Moçambique, a agricultura emprega mais de 80% da população, contribuindo com cerca de 40% do Produto Interno Bruto e cerca de 60% da receita das exportações (PROAGRI; 2004). O crescimento da produção agrícola depois da assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, apesar de ter sido reduzido, foi preponderante na redução da pobreza, pois decresceu no período de 69% em 1996/97, para cerca de 50% em 2002/03 (INE, 2006). Mesmo assim, na última década, esse persistente fraco desempenho da agricultura em Moçambique foi considerado um dos principais entraves para a redução da pobreza. Em 2008/09, 55% da população vivia abaixo da linha nacional de pobreza, mostrando que, em média, esses índices mantiveram-se nos últimos anos (MPD/DNEAP, 2010).

Importa salientar que, desde a última década, devido à fraca produção agrícola, muitos produtos que constituem alimentação básica e hortícolas, principalmente o alho, cebola, cenoura, batata inglesa, tomate, ovos e carne, tem sido importados da Suazilândia e da África do Sul e outros países vizinhos, para o abastecimento das principais cidades da zona sul do país, como as de Matola e Maputo.

Os pequenos produtores das zonas rurais constituem o elemento-chave para a redução da pobreza, por serem actores importantes do/e no processo de desenvolvimento local. Para o efeito, esses pequenos produtores através da introdução de novas formas de organização social de trabalho com recurso a mecanismos de estabelecimento de redes de cooperação e solidariedade tem constituído novos paradigmas de desenvolvimento local.

Portanto, é com esse intuito que o presente estudo aborda as novas formas ou tendências de desenvolvimento local através do contributo Economia Solidária em pequenos produtores, focalizando-se no sector agrário do distrito de Boane. O estudo científico intensivo no campo agrícola constitui um grande impulsionador na produção de conhecimento das Ciências Sociais, principalmente o estudo dos pequenos produtores como actores proactivos do desenvolvimento local.

A compreensão do desenvolvimento local sob prisma da economia solidária implica necessariamente a análise dos empreendimentos económicos solidários por meio dos quais os actores locais buscam enfrentar a pobreza e desemprego, bem como, complementar a renda familiar ou ainda para obter maiores ganhos com a actividade associativa. Pensar em acções solidárias no âmbito da cooperação e solidariedade é pensar num mecanismo social minimizador do desemprego e capaz de prover renda a uma parcela significativa da sociedade sem, contudo, seguir a lógica do crescimento económico. (Geiger & Laville 2009).

Assim sendo, no processo de desenvolvimento local os principais intervenientes são alavancados por iniciativas locais que originam organizações locais, a comunidade empresarial local e as autoridades locais. Estes devem, idealmente, serem apoiados pelas políticas e iniciativas de desenvolvimento nacionais e internacionais. Neste trabalho buscamos relacionar as experiencias da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento local com ênfase na experiencia dos pequenos produtores,

compreendendo esta forma de pensar e agir como um caminho para a expansão de liberdades.

De forma a dotar o trabalho de um referencial teórico sociológico adequado, o estudo apoia-se na teoria de desenvolvimento como expansão de liberdade de Amartya Sen (2000) e teoria de capital social de James Coleman (1990). Com este embasamento teórico em nosso entender, apresenta-se adequado e pertinente para compreender os contributos da economia solidária no quadro da estratégia de desenvolvimento local, visto que, permite a acumulação do capital social dos pequenos produtores na zona rural.

1.1 Estrutura do Trabalho

O trabalho apresenta uma estrutura que além desta introdução como primeiro capítulo, inclui no segundo capítulo a formulação do problema onde se discute as diferentes abordagens sobre o fenómeno que culminou com a questão de partida, que é o fio condutor do estudo, bem como, delimitação do tema, revisão da literatura, hipóteses e as variáveis. No terceiro capítulo, apresentamos os objectivos do estudo (geral e específicos), no quarto capítulo apresentamos a justificativa na qual procuramos fundamentar a razão do estudo, no quinto apresentamos o enquadramento teórico e conceptual, no sexto capítulo, apresentamos a metodologia, sétimo fazemos a discussão e apresentação dos resultados e no oitavo apresentamos a conclusão e recomendações.

CAPITULO II

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

2.1 Revisão da Literatura

Os estudos existentes e disponíveis sobre a economia solidária no mundo em geral, mostram-se bastante escassos e os existentes abordam a questão da economia solidária focalizados nas análises de organizações e cooperativas, tanto de produção como de concepção de créditos, em Moçambique ainda não existem estudos sobre economia solidária no âmbito académico e social.

A abordagem sociológica em torno de economia solidária tem-se focalizado na análise dos diversos aspectos que envolvem a sua prática nas comunidades, havendo, grosso modo, traços comuns e diferenças no contexto da sua prática bem como dos seus praticantes. É desta forma que, nesta parte de trabalho propõe-se fazer uma reflexão em torno das diversas formas que esta estratégia de desenvolvimento pode ser operacionalizada no contexto local.

Uma outra perspectiva apresentada no Brasil é a de Thais Silva Mascarenhas (2010), **“O carácter educativo da economia solidária: o caminho do desenvolvimento como liberdade a partir da experiencia da Cooperafis”** a pesquisa examina como os processos educativos presentes nas experiencias da economia solidária, que se baseiam em princípios e praticas da educação popular, influenciam o desenvolvimento, entendendo como expansão das liberdades. A liberdade aparece como um valor intrínseco no quotidiano do trabalho da cooperativa, evidenciando que a liberdade de trabalhar em cooperativas significa uma grande mudança da vida das mulheres no sentido de serem mais valorizadas como pessoas, sendo que antes da formação das cooperativas não tinham essa abertura no seio comunitário. Essa experiencia segundo autor reflecte um processo de transformação dos indivíduos, que envoltos em uma cultura de valores capitalistas, aprendem e cultivam uma cultura baseada nos valores opostos onde a tal prática é premiada pela troca constante de conhecimentos entre indivíduos envolvidos. O cultivo dessa cultura baseada na solidariedade conduz a um determinado desenvolvimento da sociedade.

No campo económico, o autor constata que a liberdade das mulheres aumentou, ainda que não tenha atingido a liberdade desejada, tanto em termos de valores como de estabilidade efectiva. Além disso, a liberdade no trabalho contribui para a expansão das liberdades em outras esferas da vida das mulheres, como no âmbito doméstico, educacional, cultural e ambiental fazendo com que as mesmas passassem a assumir-se como sujeitos de sua história, desenvolvendo a condição de agentes.

Na abordagem proposta por John Blair & Michael Carrol "***Local Economic Development: Analysis, Practices and Globalizations***", os autores aprofundam aspectos fulcrais, tais como, como a análise de cluster, orientação classe criativa, vantagem competitiva, capital social, a expansão dos negócios e retenção, conectando teorias com exemplos da vida real e oferece ao leitor ferramentas pragmáticas para aplicação futura, incluindo um valioso "how – to", entendimento sobre importantes ferramentas qualitativas e sua interpretação. Os autores defendem que o desenvolvimento económico local esta claramente ligado ao desenvolvimento nacional por parte, tornando o texto útil para adicionar um componente internacional para cursos de desenvolvimento económico nacionais tradicionais. Para estes autores as formas políticas e ambientes sociais interagem e influenciam o processo de desenvolvimento económico local.

Já na abordagem proposta por Clark & Mountford (2010) "***Organizing Local Economic Development: The rules of Development Agencies and Companies***" - enfatizam que as estratégias de desenvolvimento económico local em alguns casos são mais abrangentes do que as estratégias de desenvolvimento provinciais e nacionais. Deste modo são necessárias as cooperações inter-governamentais substanciais e parcerias públicas – privado. Estes autores identificam como as agencias de desenvolvimento e as empresas trabalham, o que fazem e que variedade de locais e contextos, e define ambos os factores de sucesso e os desafios associados com as agencias de desenvolvimento económico e empresas.

A obra "***Entrepreneurship and Local Economic Development***" de Norma Walzer, investiga o pensamento actual sobre programas locais de desenvolvimento empresarial e avalia as formas em que os profissionais podem implementar práticas empresariais de sucesso. Examinando o papel e o potencial de empreendedorismo nas estratégias de

desenvolvimento económico local, e seu contributo na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O empreendedorismo e desenvolvimento económico local, examina questões conceituais envolvidas na criação de programas de empreendedorismo, bem com, exemplos práticos de programas nacionais, provincial e distritais organizados pelas agencias de desenvolvimento no contexto local.

Por sua vez a obra de Joseph Schumpeter (1982) "*Teoria do Desenvolvimento Económico*", traz uma nova visão do desenvolvimento económico e da inovação. Sua teoria destacou o modelo dinâmico da economia, em que ocorrem as transformações que geram o desenvolvimento económico. Schumpeter dedicou sua obra descrevendo a importância dos actores locais no processo de desenvolvimento.

Na abordagem apresenta por Nancey Leigh & Eduard Blakely "*Planing Local Economic Development: Theory and Practice*", os autores exploram as teorias de desenvolvimento económico local, abordando simultaneamente os problemas e oportunidade enfrentados pelas cidades, vilas e entidades locais nas elaborações de seus destinos económicos no âmbito da economia global. Os autores exploram totalmente processos de planificação, técnicas de análise e dados, localidades, negócios e desenvolvimento de recursos humanos, bem como a tecnologia avançada e estratégias de desenvolvimento económico sustentável. A obra aborda os desafios para a planificação do desenvolvimento económico local representando pela fraca recuperação da grande recessão. Ainda apresenta a análise de redes sociais, cobrindo a importância do desenho urbano para o sucesso do desenvolvimento económico local, expande o foco sobre as parcerias público – privadas e marketing da comunidade para a implementação de planos de desenvolvimento económico.

O outro estudo feito no Brasil é a perspectiva apresentada por Thalyta Taumaturgo de Sousa "*A economia solidária como meio para o desenvolvimento sustentável – caso do Banco Palmas*" a autora aborda a as contribuições do Banco Comunitário de Palmas no fomento de programas e projectos de geração de renda, que utilizando sistemas económicos solidários, permitissem superar a pobreza urbana. O banco de Palmas é um programa de desenvolvimento local que vai muito além do simples acto da concessão do micro crédito. Tem início com a capacitação e emponderamento dos moradores, despertando a sensibilidade para a solidariedade e a colaboração enquanto estratégia de

um modelo de desenvolvimento justo e solidário. A autora conclui que a Economia Solidária apresenta novos modelos de gestão através da cooperação dos membros de comunidades carentes. Estes actuam como força contrária à miséria por meio da capacitação, do emponderamento, do estímulo ao capital social, do micro crédito entre outros a fim de melhorar a qualidade de vida nessas comunidades. Dessa forma, o Banco Palmas apresentou-se como uma alternativa para esse momento, ajudando no desenvolvimento local sustentável, pois age de forma transversal nas diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável: a económica, a social e a ambiental.

Esse desenvolvimento ocorre através da concessão de crédito e da oferta dos demais serviços financeiros, acompanhadas por actividades complementares de formação, capacitação e sensibilização baseadas nas relações de proximidade, confiança e nos princípios da economia solidária. A utilização dos conceitos de economia solidária pelo Banco Palmas cria um círculo virtuoso, pois incentiva a produção e facilita a circulação de renda no próprio bairro, promovendo seu crescimento económico. Para financiar o consumo, o banco criou um cartão de crédito popular usado somente no bairro.

A criação de empresas dentro da comunidade com apoio do Banco tem aumentado e já existem diversas cooperativas, permitindo que a população tenha acesso a uma renda. Além disso, o banco também mantém uma Escola de Socioeconómica Solidária, que tem como objectivo capacitar os pequenos empreendimentos locais e trabalhar juntamente com os moradores para a criação de uma cultura solidária, também organizando um clube de trocas, que funciona com moeda própria.

A obra de Genauto Carvalho de França & Jean Louis – Leville (2004) “*Economia Solidária: Uma abordagem Internacional*”, os autores lançam um olhar sobre a realidade de uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias sócio produtivas autónomas, em alguns casos baseadas em relações não – monetárias, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com o poder público buscando impulsionar o desenvolvimento nos contextos locais.

A tese apresentada por Fabião Viera (2005), “*A Coerência e Aderência a Economia Solidária: Um estudo de caso de colectivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul*”, o autor buscou identificar os principais elementos formadores da economia solidária a partir da análise da coerência da economia solidária, onde verificou pontos comuns entre experiências endógenas, experiências exógenas e teorias prepositivas. Verificou-se que a autogestão é o principal desencadeador da economia solidária, que defende um Estado distribuidor, é capaz de gerar uma distribuição de renda média, conforma uma economia heterogénea, procura superar o subdesenvolvimento, e auxiliada pela militância, mas tem um obstruidor, os dominantes na luta de classes.

Apesar dos pontos em comum, a pesquisa confirma a necessidade de se reconhecer uma tripla natureza da economia solidária, como teoria, objecto e movimento social, uma dupla dimensão da teoria, descritiva e prepositiva, e a existência de duas modalidades de experiências, exógenas e endógenas. Esta confirmação é realizada pelas diferenças que emergem de tais classificações. Por fim, conclui-se que a economia solidária, na conceituação abrangente, não refere-se à defesa de uma economia cordial e afectuosa, mas sim de uma economia capaz de ampliar os direitos sócio – económicos, emancipar as pessoas e aumentar a capacidade reivindicativa da sociedade.

Na perspectiva de Dipac Jaiantilal & Claudio Mungoi (2010) “*Microempendedorismo e associativismo: Um retrato preliminar de Moçambique*”, neste artigo os autores analisam as dinâmicas das associações e das microempresas, sob a perspectiva da Economia Solidária, buscando compreender o papel dos actores e instituições locais, formais e informais, com foco nas lógicas internas de funcionamento desses empreendimentos em âmbito local. Entre outros elementos, são caracterizados os aspectos estruturais e as redes sociais de funcionamento das associações e micro empreendimentos. Esses factores permitem uma outra lógica da economia.

Os autores também analisam a construção social do desenvolvimento local, onde defendem que esta pode ser dinamizada por associações que reflectem os interesses plurais de instituições e indivíduos actuantes em territórios delimitados, com vista à promoção do desenvolvimento económico dessa micro – unidade económico territorial, o trabalho de promoção das micro e pequenas empresas urbanas ou rurais cria ademais um circuito de oferta de serviços e produtos úteis também para as grandes empresas,

permitindo que o território urbano e rural possam gerar uma distribuição do benefício económico com equidade entre a população local.

Estudos feitos em Moçambique em torno das estratégias de desenvolvimento local, tem abordado a compreensão do desenvolvimento a luz das políticas sectoriais do sector agrário na melhoria dos excedentes de produção, e são estes estudos que serviram de suporte para a nossa compreensão e a proposta apresentada da economia solidária vem dar o contributo para o desenho das políticas do sector agrário em Moçambique virado aos pequenos produtores.

No estudo sobre “ **Os serviços de extensão agrária ao Pequeno Agricultor Familiar em Boane – Moçambique**” Mubai (2014), analisa as políticas públicas destinadas ao espaço rural implementadas logo no período pós-independência em Moçambique, constatando que as mesmas dão prioridade, desde o início (1975), a agricultura fomentada em grandes propriedades em detrimento da pequena produção familiar. Todavia, as transformações socioeconómicas e políticas que sucederam após o início da abertura política, deram subsídios para a criação, em 1987, do Programa de Extensão Agrícola Público, resultando em um novo direccionamento das políticas públicas, as quais passaram a contemplar o segmento dos agricultores familiares.

Mubai (2014), diagnosticou as acções do Estado por meio desse Programa, no intuito de verificar se tais acções contribuíram e contribuem para o fortalecimento e geração de renda deste segmento de produtores agrícolas, tendo concluído que o Programa de Extensão Agrícola pública, que opera no Distrito a mais de duas décadas, se constitui um grande instrumento político-constitucional capaz de trazer efeitos positivos no desenvolvimento agro-pecuário dos pequenos produtores, mas, no entanto, sua abrangência e os estímulos económicos oferecidos a esta categoria de produtores se figuram bastante ineficientes.

Ademais o mesmo autor evidencia que o interesse associativista e/ou cooperativista demonstrado pelos produtores poderia ser aproveitado para a efectivação da autonomia técnica e financeira dos produtores e diminuir os custos pela presença permanente dos técnicos nas propriedades, mas, as práticas extensionistas portam um carácter menos didáctico, ao mesmo tempo em que as políticas voltadas ao sector agrícola e o Programa de Extensão não se encontram adequados para que as acções fluam.

O incentivo adequado ao crédito agrícola, quase constatado como inexistente para esta categoria de pequenos produtores, poderia induzir novas tecnologias agrícolas e alterar o actual cenário agro-pecuário do distrito, em suas diferentes dimensões e, sobretudo estimular a participação e permanência dos jovens nas actividades do meio rural no Distrito. A própria política e a estratégia do governo para o desenvolvimento da agricultura para os pequenos produtores reconhecem a importância do crédito para o desenvolvimento da actividade agrária no País; paradoxalmente, tais linhas tendem a beneficiar aos médios e grandes agricultores, marginalizando os pequenos produtores.

Uma outra abordagem, levada a cabo por Mujovo (2016), sobre a importância do associativismo e solidariedade dos pequenos agricultores na localidade de Moine, Magude, o autor destaca que devido a redução da população jovem da comunidade que migra para os países vizinhos em busca de melhores condições de vida, tem deixado a população idosa e mulheres a responsabilidade de tomar conta da esfera doméstica. E esta população, por estar debilitada devido a idade tem procurado introduzir novas formas de organização social do trabalho local através da prática da agricultura “*tsima*”³, com vista a ajudarem-se mutuamente na produção agrícola.

Os estudos acima apontam que as análises em torno da economia solidária estão direccionadas para a promoção de desenvolvimento em contexto local e não só, apresentando a economia solidária como uma alternativa de desenvolvimento face aos modelos capitalistas existentes e do desenvolvimento económico. Assim sendo, entender a economia solidária como estratégia de desenvolvimento a ser implementada no contexto local, torna-se importante para o desenho de novas estratégias de desenvolvimento, associado ao facto da agricultura figurar como a base do desenvolvimento no país, os pequenos produtores devem merecer um lugar de destaque no processo de desenvolvimento local.

Como pode-se constatar pela revisão da literatura, que os constrangimentos ao desenvolvimento são diversos, antigos e profundos. Para a remoção destes obstáculos requerer-se-á uma abordagem integrada e holística, em que se foque nas estratégias

³Tsima – termo ronga, que significa, prática de agricultura baseada no associativismo familiar ou solidário.

locais para a solução de problemas locais, que conjugue com a implementação de vectores determinantes de intervenção neste contexto local.

Deste modo, esses pressupostos reconhecem que o pensar e agir sobre o desenvolvimento, deve-se considerar os autores locais como sujeitos proactivos do processo no sentido de dota-los de capacidades para impulsionarem mudanças nos contextos locais, buscando as lógicas do micro - empreendedorismo e associativismo como forma de união de esforços que visem o desenvolvimento local o que denominamos aqui como sendo a economia solidária.

2.2 Problema

A situação económica actual é dominada por um capitalismo feroz, onde se acentua a competitividade, o predomínio de interesses privados individuais, onde há pouco espaço para a cooperação e a solidariedade. As desigualdades sociais que decorrem deste sistema económico-financeiro baseado na acumulação do capital são enormes e o consequente empobrecimento e endividamento de grande parte das populações são cada vez maiores, o mesmo pode dizer-se da degradação ecológica. Face a esta situação, há que tornar possível uma actividade económica centrada na promoção da vida, que potencie uma maior coesão social, maior equidade e um desenvolvimento local equitativo e sustentável. Isto seria possível se todos aqueles que participam nas actividades económicas cooperassem entre si em vez de competir, isto acontecerá quando se praticar uma economia solidária.

A perspectiva de análise das dinâmicas dos pequenos produtores em Moçambique contempla as dimensões formais e informais da economia, dada a complementaridade que ambas desempenham na geração de emprego e renda e seu papel consequentemente importante no combate a pobreza. A economia solidária enquadra-se como uma resposta endógena, entre outros factores, a *deficits* de formulação ou implementação de políticas públicas de criação inclusiva e socialmente equilibrada da riqueza, ou como por vezes se denomina, de combate a pobreza. A promoção de acções e actividades cooperação e solidariedade possibilitam que activos dos pequenos produtores possam ser potencializados mediante a associação dos indivíduos e outras colectividades de

produção e gestão, gerando deste modo, impactos mais rápidos e sustentáveis no contexto local.

Nos casos em que tais factos se verificam, as actividades revestem-se do que Gaiger & Laville (2009), denominam por economia solidária. Na economia solidária, tanto se podem incluir acções exercidas por indivíduos ou colectividades como micro unidades (pequenos produtores), desde que se orientem por princípios de mudança e desenvolvimento local. Nela, valorizam-se tal como afirma Jaiantilal & Mungoi (2010), alguns tipos de diferença, inclusive de base local, como uma resposta ao processo de globalização e às políticas verticais, visando à construção de “utopias” comprometidas com o desenvolvimento local pela promoção dos pequenos produtores.

Embora a agricultura seja o principal vector da economia de Moçambique, poucos recursos são aplicados a este sector na despesa pública, pese embora, a agricultura constitua a base de desenvolvimento em Moçambique muito ainda tem de ser feito para que esta seja mais sustentável, deste modo, as estratégias de economia solidária podem constituir uma alavanca no processo de desenvolvimento local se focalizarmos as políticas agrárias aos pequenos produtores. (PARPA II 2006 -2009).

Deste modo, é que a construção social do desenvolvimento local pode ser dinamizada por micro - empreendimentos e associações que reflectam os interesses plurais de instituições e indivíduos actuantes em territórios delimitados, com vista à promoção do desenvolvimento local dessa micro unidade económico – territorial. Sendo que, a promoção dos pequenos produtores cria um circuito de oferta de serviços e produtos úteis também para as grandes empresas, permitindo que o território local e rural possam gerar uma distribuição do benefício económico com equidade entre a população.

Portanto, tendo em conta o impacto que essa forma de organização social de trabalho traz para o bem-estar e melhoria de condições de vida (expansão de liberdades) e tomando em consideração os mecanismos de estabelecimentos de redes de solidariedade, cooperação e articulações entre os pequenos produtores no processo de desenvolvimento local sob auspícios da economia solidária apraz colocar a seguinte questão de partida: ***de que forma é que a economia solidária contribui para o processo desenvolvimento local no distrito de Boane?***

2.3 Hipóteses

- Como estratégia de desenvolvimento local a economia solidária apresenta-se como uma forma de organização social do trabalho para os pequenos produtores do distrito de Boane.
- A economia solidária como estratégia de desenvolvimento local não se apresenta como uma forma de organização social de trabalho para os pequenos produtores.

2.4 Variáveis

Variável Independente

- Economia Solidária

Variável Dependente

- Desenvolvimento local

CAPITULO III

JUSTIFICATIVA

No contexto de mudança que se visualiza um forte movimento de novas formas de organização social do trabalho e de produção, bem como importantes formas de trabalho colectivo, situação esta que vem influenciando vários grupos sociais a se unirem em pequenas associações para assumir o controlo da organização do seu trabalho e dos seus processos produtivos. Compreender o contributo da economia solidária torna-se um vector indutor do processo de desenvolvimento local, fazendo com que se constitua razão para o estudo desta temática como uma estratégia de desenvolvimento local, focalizando-se nos pequenos produtores como agentes activos deste processo no distrito de Boane.

Assim sendo, considerando os mecanismos de estabelecimento de redes de organização, cooperação e solidariedade entre os actores locais (pequenos produtores), achamos relevante a necessidade de um estudo neste campo, de modo a contribuir para o reforço da abordagem sociologia existente na compreensão do fenómeno da economia solidária em Moçambique. As condições existentes para a materialização de pesquisas, são favoráveis, visto que se tem o material teórico adequado, a facilidade de acesso ao local de pesquisa para a colecta de dados e também a forte disponibilidade dos pequenos produtores, técnicos distritais da agricultura e as estruturas locais para a realização de entrevistas e observação directa e sistemática dos aspectos em avaliação no estudo.

O estudo tem uma relevância sociológica, devido a contribuição que pode apresentar nas discussões e debates teórico no campo académico e científico das ciências sociais, com destaque para a economia solidária e desenvolvimento local, mormente na análise das redes de relações e mecanismos de cooperação e solidariedade dos pequenos produtores do distrito de Boane.

Na perspectiva individual, a motivação em contribuir no campo académico científico em torno dos debates (estudos) no âmbito da economia solidária para o desenvolvimento das zonas rurais, além de impulsionar as organizações locais na melhoria da sua intervenção no contexto local para a promoção do desenvolvimento local.

Ao nível científico ou académico, deveu-se pelo facto de em Moçambique existirem poucos estudos sobre a temática da economia solidária, razão pela qual este estudo pode contribuir no despertar da comunidade académica para o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa neste campo científico. Também pode constituir um incentivo para que outros académicos despertem o interesse nesta temática de modo a engrossar o acervo teórico e científico de estudos sobre a temática em Moçambique.

Sob ponto de vista social espero que com os resultados obtidos possamos contribuir para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar do grupo em estudo (pequenos produtores), bem como inspirar outros segmentos sociais na adopção desta estratégia de organização social com vista a promoção do desenvolvimento local, quiçá o mesmo possa ser expandido para outros intervenientes e actores sociais de desenvolvimento em Moçambique. Ademais, pode contribuir para a formação de políticas públicas viradas ao sector agrário a luz dos paradigmas da economia solidária como estratégia de organização social de trabalho nos contextos locais virada para promoção dos pequenos produtores.

CAPITULO IV

OBJECTIVOS DO ESTUDO

4.1. Objectivo geral

- Compreender o contributo da economia solidária no processo de desenvolvimento local no distrito de Boane.

4.2. Objectivos específicos

- Identificar e descrever as experiencias de desenvolvimento local no distrito de Boane orientados para os pequenos produtores;
- Descrever o modelo comportamental dos pequenos produtores do distrito de Boane;
- Analisar os mecanismos de estabelecimento de redes de cooperação e solidariedade dos pequenos produtores do distrito de Boane.

CAPITULO V

METODOLOGIA DE TRABALHO

O objectivo deste capítulo é apresentar os procedimentos metodológicos escolhidos para conduzir esta pesquisa detalhadamente e justificativas. Também fazemos uma caracterização do contexto físico e socioeconómico do distrito de Boane que é o local onde ocorreu o estudo, com vista a perceber suas características.

5.1. Caracterização da pesquisa

Para qualquer classificação que se deseja fazer, é necessário se basear em algum critério. Com relação às pesquisas, os critérios de classificação podem ser quanto aos objectivos gerais, à abordagem do problema e à estratégia de pesquisa. Quanto aos objectivos gerais, as pesquisas podem ser exploratórias, descritivas ou explicativas (Gil, 2002), sendo esta pesquisa considerada do tipo exploratória, pois buscou proporcionar maior familiaridade com o tema de economia solidária como estratégia de desenvolvimento local. Para Gil (2002), as pesquisas exploratórias são bastante flexíveis e consideram variados aspectos relativos ao objecto de estudo.

Com relação à abordagem do problema, esta se configura como **qualitativa**. Richardson (1989, p.38) aponta que a abordagem qualitativa é “adequada para entender a natureza de um fenómeno social”. Haguette (2007), afirma que ela permite enfatizar as especificidades de um fenómeno em relação às suas origens e razão de ser. Ou seja, “fornece uma compreensão profunda de certos fenómenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjectivo da acção social face à configuração das estruturas societárias” (Haguette, 2007, p.63). Como o objecto de estudo desta pesquisa se configura como um fenómeno único e complexo, que é a organização social de trabalho (economia solidária) em pequenos produtores como estratégia de desenvolvimento local, a abordagem qualitativa se mostrou adequada e justificável.

Por fim, a estratégia adoptada para operacionalizar a pesquisa foi o **método do estudo de caso**. Segundo Gil (2002, p.58), é um dos métodos mais úteis para pesquisas exploratórias e configura-se pelo “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objectos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”, estando

alinhado aos objectivos desta pesquisa. Para Yin (2005), a estratégia de pesquisa deve ser escolhida com base em três condições: o tipo de questão de pesquisa envolve perguntas do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador não possui ou tem pouco controlo sobre os eventos e quando o fenómeno é contemporâneo e se insere no contexto da vida real. Portanto, justifica-se a escolha da estratégia de estudo de caso para esta pesquisa, uma vez ela atende a estas três condições. Ademais, a escolha também se apoia na defesa de Halien e Törnroos (2005), quanto ao uso do método de estudo de caso para investigar redes inter - organizacionais.

A escolha de uma estratégia de pesquisa deve ser acompanhada do conhecimento de suas vantagens e também desvantagens. O estudo de caso é considerado vantajoso, porque estimula novas descobertas, possui uma planificação flexível, possui ênfase e, varias dimensões do objecto e os procedimentos de colecta e análise de dados podem ser considerados simples quando comparados com outros delineamentos (Gil, 2002). Esta simplicidade não deve ser confundida com falta de rigor científico, uma vez que existem procedimentos sistemáticos para a sua condução (Yin, 2005). Como desvantagem, por se tratar do estudo exaustivo de um único fenómeno, não permite fazer generalizações dos resultados obtidos (Gil, 2002). Yin (2005), responde esta afirmação defendendo que o estudo permite, da mesma forma que experimentos únicos, generalizações a proposições teóricas, e não a populações ou universos.

Para França Filho (2007), o fenómeno da economia solidária pode ser compreendido por quatro perspectivas. Na resente pesquisa, ela é considerada transversal, pois perpassa por todas as perspectivas definidas pelo autor:

- i. ***Discussão conceptual*** – apesar de não ser exaustiva, a discussão conceptual apresentada no trabalho foi adequada e necessária para compreender a economia solidária e orientar a pesquisa;
- ii. ***Discussão contextual*** – no contexto histórico de surgimento da economia solidária, nota-se que ela se manifesta a partir de e se relaciona directamente com outras temáticas actuais como desemprego, desigualdade social, pobreza e desenvolvimento local;

- iii. ***Estudo de caso*** – a pesquisa trata de um estudo da experiência concreta de desenvolvimento em economia solidária em pequenos produtores do distrito de Boane;
- iv. ***Metodologia de Intervenção*** – ao identificar os aspectos potencializadores de desenvolvimento em economia solidária a partir de redes de cooperação inter-organizacionais, sugere-se a utilização e disseminação de tal estratégia.

Apesar das diferentes compreensões em torno da economia solidária sob ponto de vista metodológico, optamos por um estudo de caso porque estudamos uma realidade social dentro de um contexto específico, buscando somente compreender especificamente a sua dinâmica.

5.2. Colecta de dados

A colecta de dados pode ser feita em diversas fontes. Yin (2005), apresenta as seis fontes de evidências mais utilizadas em pesquisas: documentação, registos ou arquivos, entrevistas, observação directa, observação participante e artefactos físicos. Para o autor, existem três princípios a serem seguidos para maximizar o potencial das fontes de evidências:

- i. Utilizar várias fontes de evidência;
- ii. Criar um banco de dados para o estudo de caso; e,
- iii. Manter o encadeamento de evidências.

Procurando entender estes princípios e levando-se em conta a realidade que a pesquisa se insere, utilizamos as seguintes fontes de evidências: documentação, registos em arquivos, entrevistas e observação directa. Assim, os dados obtidos foram de dois tipos: dados primários (entrevistas e observação directa) e dados secundários (pesquisa bibliográfica).

De acordo com Richardson (1989, p.160), nas pesquisas em Ciências Sociais é muito importante que haja interação face a face entre o pesquisador e o objecto de estudo, para proporcionar “melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos”. E segundo o autor, a melhor técnica de proporcionar esta interação face a face é a entrevista. Apesar de possíveis desconfortos que possam ocorrer com uso de

entrevistas, a técnica permite detectar observações não esperadas dos entrevistados e que podem contribuir para o cumprimento dos objectivos propostos e acrescentar aos resultados. A escolha da entrevista, também se deu pelo facto do pesquisador não conhecer previamente a população entrevistada e com isso necessitar de uma técnica flexível. As entrevistas foram do tipo semi-estruturadas, em que o pesquisador foi ao campo com algumas perguntas pré-formuladas e com certa ordem pré-estabelecidas (Richardson, 1989). As entrevistas visaram recolher informações relacionadas os mecanismos de estabelecimento de redes de solidariedade e cooperação, bem como a questão de autogestão e participação este último mais direccionado as associações.

Para realizar a colecta de dados em um estudo Yin (2005) cita uma lista de habilidades comumente exigidas do pesquisador para minimizar possíveis deficiências nesta fase e gerar um relato do objecto de estudo o mais próximo possível da realidade. Os itens da lista básica são apresentados a seguir e serviram para orientar a acção do pesquisador:

- i. Capacidade de fazer boas perguntas e interpretar as respostas;
- ii. Ser um bom ouvinte e não se influenciar por suas ideologias e preconceitos;
- iii. Ser adaptável e flexível, encarando eventos novos como oportunidades;
- iv. Compreensão clara das questões do estudo;
- v. Ser imparcial e receptivo a possíveis provas contraditórias.

Como afirma Yin (2005), o desenvolvimento do protocolo para o estudo de caso é uma das principais estratégias para aumentar a confiabilidade do método e serve para orientar o pesquisador na colecta de dados. No específico ele contem os procedimentos, regras e instrumentos a serem adoptados na colecta de dados, além de definir as variáveis e proposições abordadas nos roteiros de entrevistas, o protocolo elaborado para o estudo de caso desta pesquisa encontra-se em anexo.

5.3. Analise dos dados

As técnicas utilizadas para análise dos dados foram a análise documental para os dados secundários e a análise de conteúdos para os dados primários (Richardson, 1989; Bardin, 2008). As respostas fornecidas pelos entrevistados foram integralmente transcritas e juntamente com as observações directas feitas pelo pesquisador, foram analisadas por meio de agrupamento e codificação de informações.

A análise de conteúdo é “ um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2008, p.33), que se aplicam a discursos bastante diversificados. Para a análise do conteúdo optamos por três fases de análise: i) Pré – análise; ii) Exploração do material; e, iii) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Nesta vertente, HairJr, et al. (2010), apontam três fases do processo de análise de dados qualitativos: i) Redução de dados colectados por meio da categorização e codificação; ii) Visualização de dados por meio de diagramas e tabelas; e, iii) Realização/verificação de conclusões. Para a análise de dados da pesquisa em questão foram seguidas as orientações e colocações tanto de Bardin (2008), quanto a de HairJr, et al (2010).

5.4. Universo e Amostra

O universo foi constituído por vinte e oito (28) associações de pequenos produtores agrícolas. A amostra do estudo é do tipo **aleatória simples**, uma vez que dispensa critérios amostrais rigorosos. Para tal, fez parte da amostra⁴, onze (11) associações agrícolas de pequenos produtores de milho e os seguintes informantes – chave: 4 técnicos extensionistas, 1 extensionista chefe do distrito de Boane e 2 técnicos de Governo distrital afectos a Repartição de Planificação e Desenvolvimento Local.

De acordo com o levantamento dos Serviços Distritais de Agricultura e Segurança Alimentar do distrito de Boane podemos encontrar 28 associações agro – pecuárias (**Anexo I**).

⁴A amostragem aleatória simples é do tipo de amostragem probabilística mais utilizada. A exactidão e eficácia à amostragem, além de ser o procedimento mais fácil de ser aplicado – todos elementos da população têm a mesma probabilidade de pertencerem à amostra.

Associações Agro - pecuarias de Boane

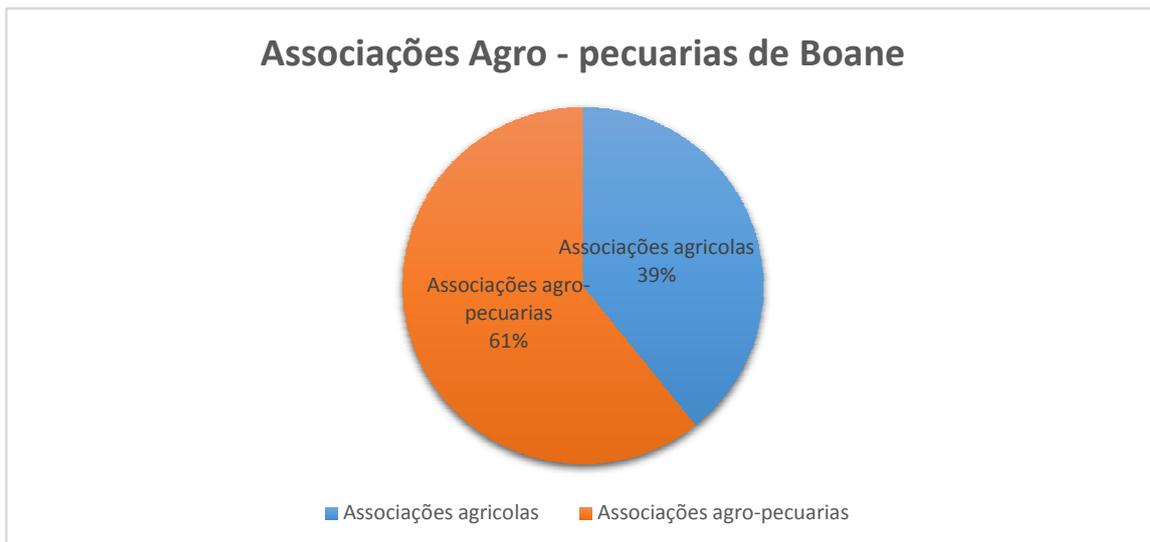


Gráfico 1- Ilustração das associações do distrito de Boane – Fonte SDASA

Para a amostra recorreu-se a informação dos Serviços Distritais de Agricultura e Segurança Alimentar em concomitância com a da Repartição de Planificação e Desenvolvimento Local do distrito de Boane sobre como estão constituídas as associações e pequenos produtores, bem como os seus modos *operandi*. Das informações recolhidas, constatou-se que esse grupo é composto por um universo de 28 associações como já foi referenciado acima.

Associações Agrícolas produtoras de milho



Gráfico 2 – Associações agrícolas produtoras de milho

5.5 Questões éticas

O estudo pautou por princípios morais que orientam uma pesquisa transparente e isenta de constrangimentos graves que possam dificultar o decurso da recolha de dados, desde a sua concepção, passando pela sua operacionalização até à sua conclusão, respeitando, por conseguinte, os entrevistados com justeza e princípios de equidade, evitando prejudicá-los e enganá-los, promovendo o bem-estar e um espírito de colaboração no desenvolvimento das entrevistas.

Em alguns casos usou-se a língua local nas entrevistas de forma a torna-las mais abrangentes e substantivas, visto que, a maioria dos pequenos produtores é falante desta língua, os mesmos foram informados do objectivo da pesquisa com a finalidade de se obter um consentimento salutar, favorecendo o fortalecimento de uma melhor contribuição em termos de informação para o estudo. A participação da população do estudo foi feita a partir do seu consentimento. Mediante a aceitação e preenchimento da declaração do consentimento, bem como o uso de nome fictícios para protecção e preservação da identidade dos nossos entrevistados e dos dados

5.6. Constrangimentos

Os entrevistados mostraram muita segurança nas que estavam a responde. Mas alguma parte dos dados fornecidos existia contradições em relação aos mecanismos de participação de cada membro da associação.

As condições para efectivação da pesquisa no campo tendo em conta os valores monetários para as deslocações e para a realização do mesmo e o tempo de recolha de/para dados. Para a superação das dificuldades encontradas na recolha de dados procurou-se uma maior aproximação dos juntos dos líderes locais e presidentes do conselho de direcção das associações com vista a sensibiliza-los com ajuda dos técnicos de responsáveis pelos serviços de extensão agrária de forma a responderem as inquietações do nosso estudo.

5. 7. Breve caracterização do contexto físico e socioeconómico de Moçambique

Moçambique é um País situado na costa oriental da África Austral, com uma superfície terrestre de cerca de 799.380Km² e uma linha costeira de cerca de 2.470 km ao longo do oceano Índico, constituindo um espaço vital, tanto para o País, quanto para os países vizinhos situados no interior do continente, tais como o Zimbabwe, Botswana, Malawi e a Zâmbia e que só têm acesso às vias oceânicas por meio dos portos Moçambicanos. Em termos fronteiriços, faz divisa com Malawi, Zimbabwe e África do Sul, conforme o mapa.

Administrativamente, o País está dividido em dez províncias, mais a cidade⁵ de Maputo, a capital do País, que também possui actualmente o estatuto de província; e cada província está dividida em distritos, perfazendo assim um total de 128 distritos em todo país. Cada distrito é governado a partir da capital (Cidade/vila sede) distrital. Cerca de 40% do território Moçambicano é formado por planícies costeiras que se elevam suavemente em planaltos, em direcção ao interior do país. Cerca de 43% corresponde aos planaltos, com altitude variando entre 200 e 1000 metros, são os casos dos planaltos de Cheringoma e Chemba, Macondes de Cabo Delgado e as regiões de Nampula, regiões de Maniamba, Malema e Ribaué.

A zona montanhosa representa 13% do território do país, sendo que os pontos mais elevados são o maciço de massururero na escarpa de Manica e Sofala com 2.436 metros de altitude, a serra de Gorongosa com 2.000 metros de altitude e Namúli na cadeia de Chire Namúli com 2.419 metros de altitude. O clima predominante no País é tropical húmido, influenciado pelo regime de monções do Índico e pela corrente quente do canal de Moçambique, com alternância da época seca e épocas chuvosas. A estação seca é mais prolongada, se estende de Abril a Março e as chuvas são mais intensas no período entre Dezembro e Fevereiro registando uma precipitação média que varia de valores inferiores a 400 mm, até valores de 2000 mm (INE, 2008).

⁵Maputo Cidade, a capital do País, tem estatuto de província com cerca de 1.099.102 habitantes numa superfície de 300 km². Comporta assim, a maior densidade populacional do país com 3.663,7 habitantes/ km² (Censo 2007).

Com uma população estimada em 26 423 623 em 2016 (INE, 2010), crescendo a um ritmo de 2,6% ao ano, coloca-se no terceiro lugar entre os países mais populosos da África Austral, sendo a África do Sul o primeiro com cerca de 46.9 milhões de habitantes, seguido pela República Unida da Tanzânia, com 36.9 milhões. Do total da população 52,3% corresponde a população feminina e 47,7% a população masculina. Os níveis de instrução continuam baixos com maior incidência sobre a população formada pelas mulheres que apresentam 64,4% da taxa de analfabetismo contra 34,6% da população masculina. Contudo, em termos globais registou-se uma melhoria situando-se em 50,4% em 2007, contra 60,5% de taxa de analfabetismo em 1997. Conforme os dados do censo de 2007, em cada família Moçambicana, vivem em média 4,4 pessoas, INE (2007).

Do total da população do país, somente 29,8% reside no meio urbano, cerca de 10% das famílias tem acesso à electricidade 56,1% tem acesso a água potável. Moçambique possui uma estrutura etária bastante jovem, o que representa grandes encargos para o governo, sobretudo em investimentos no sector educacional, pois 46,8% do total da população possuem idades entre 0 e 14 anos; e 50,1% entre os 15 - 64 anos de idade; somente 3,1% tem 65 anos ou mais de idade (INE, 2008). No relatório da PNUD publicado em 2005, no que tange ao IDH do país encontra-se em 168º dos 177 países constantes e já em 2015 no relatório também publicado pela PNUD relativo ao IDH o país encontra-se em 180º lugar num total de 188 países. Associado a este factor, esta o facto relacionado a mais de um terço da população Moçambicana viver com menos de um dólar americano por dia.

Portanto, no que tange às actividades económicas principais desenvolvidas pela população Moçambicana, parte dedica-se à agricultura, fonte de rendimento das famílias; e a outra actividade que ocupa muitos Moçambicanos, principalmente os residentes na costa litorânea, é a pesca, actividade que pode ser encontrada também nas populações residentes ao longo dos principais rios e lagos que fazem parte da bacia hidrográfica do país (Sitoe 2005).

5.8. Localização e Caracterização do Distrito de Boane: aspectos administrativos, sócio - económicos e físicos

O Distrito de Boane está localizado na região Sul de Moçambique, a sudoeste da província de Maputo, nas proximidades da capital do país. Com uma superfície⁶ de 815 km², faz divisa a Norte com o Distrito de Moamba; a Sul com os Distritos de Namaacha e Matutuine; a leste com o Distrito de Matutuine e cidade Maputo; e a Oeste com o Distrito de Namaacha (Dinageca; 2001).

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) estimado com base nos dados do censo demográfico de 2007, a população do Distrito de Boane, que em 2007 era de 104.128 habitantes, passou em 2012 para 134 006 e em 2016 com 160 789 habitantes. Estes dados revelam um incremento de cerca de 29 870 habitantes em 5 anos (acréscimo de 18,6% em relação ao censo de 2007) e uma densidade populacional de 141.7% habitantes/km². Sua população é maioritariamente jovem, cerca de 47,1% com idade abaixo dos 18 anos.

O Distrito é caracterizado pelos assentamentos de matriz semi-urbana e urbana, estimando-se que a taxa de urbanização esteja situada em cerca de 68%, concentrada na cidade de Matola Rio e Boane Sede (MAE, 2005). Embora o número de infra-estrutura escolar tenha aumentado nos últimos 20 anos, os dados do censo de 2007 mostraram que, o índice de analfabetismo no Distrito ainda mantém-se alto, chega a 47,7% da população total, índice bastante elevado se comparado ao total de toda província de Maputo, que é de 9,8%. Entre os 7 distritos que constituem a província de Maputo, o índice mais alto de analfabetismo chega a 59%, pertencente ao Distrito de Moamba (INE, 2008). O tipo de habitação ocupado pelas famílias do Distrito é denominado de Palhota e, é construída da seguinte forma: pavimento de terra batida, teto de chapa de zinco e parede de caniço ou paus.

Embora a localização da área de estudo, o Distrito de Boane, esteja localizado na Província de Maputo (Mapa 1), segundo as informações históricas levantadas, o território que hoje é distrito de Boane pertenceu até 1895 a chefatura de Matola. No

⁶ Direcção Nacional de Terras - CADASTRO NACIONAL DE TERRAS; <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

final do século XIX, os Guambes, família originária de Beluluane, foram atacados pelos Nguni (grupo étnico da vizinha África do Sul), que invadiu Moçambique iniciando-se assim a miscigenação com os povos locais⁷ os quais passaram a criar gado, uma prática trazida pelos invasores (MAE; 2005). As primeiras actividades que deram origem ao povoamento do Distrito teriam iniciado com a construção da vila militar no âmbito da resistência nacional portuguesa. Foi à volta da vila militar que se iniciou o desenvolvimento de várias actividades, tanto particular como oficiais: escolas, igrejas, correios, telégrafo, casas comerciais, dentre outras (MAE; 2005).

Conforme as autoridades tradicionais⁸ daquele distrito, o nome Boane, teria surgido no período de colonização portuguesa, derivado de falha na comunicação entre uma autoridade residente no local chamado “*Mboene*” e os engenheiros envolvidos na construção da linha férrea que atravessa o distrito. Ao perguntarem sobre o nome da região, este, equivocadamente respondeu em língua local dando o seu próprio nome: “*Hi mine Mboene*” (chamo-me Mboene), o que levou os portugueses a designarem a zona de Boane. Em 1955 pela portaria número 11208 publicado no Boletim Oficial 53/1955 foi elevado a posto administrativo de Boane; e em 1976, a partir da aprovação do artigo 1, do Decreto número 14/76, após a proclamação da Independência Nacional em Junho de 1975, o Conselho de Ministros deliberou a passagem do posto administrativo para a categoria de Distrito de Boane.

O poder sobre a terra foi desde o período colonial conferido as autoridades tradicionais e em todo o Distrito de Boane esta autoridade pertence à família Matsolos (expansão de família Hanhane - Matsolo), havendo um e outro povoado onde os Matsolos conferiram

⁷ O povo local do distrito de Boane formou-se a partir das migrações Bantus que ocorreram há cerca de um milénio em frentes sucessivas, a partir da África central. O grupo deu origem aos Tsonga, que se instalou no sul de Moçambique, distribuindo-se por todo o território, até ao rio Save. Estes habitavam em aldeamentos dispersos e, dedicavam-se como actividades principais à caça e pesca.

⁸ A autoridade tradicional assim como o régulo são pessoas locais que assumem um poder tradicional dentro das comunidades. A diferença que existe entre essas duas figuras encontra-se na legitimidade e legalidade do poder de um e do outro. A legitimidade do chefe tradicional é conferida pela comunidade, enquanto o régulo era legitimado pela administração colonial (Cuenhela 1996).

o poder de chefes de terra ou povoadas as outras pessoas próximas, como é o caso dos Guambes em alguns povoados localizados no posto administrativo de Matola-Rio.

Foram igualmente reconhecidos, por meio do Decreto nº 15/2000, as autoridades comunitárias (régulos e secretários de bairro) como chefes de terra no Distrito. Estes exercem um papel bastante importante na resolução “paliativa” dos conflitos de terras existentes no Distrito (MAE; 2005).

As manifestações culturais mais frequentes e bastante preservadas, são referentes às cerimónias tradicionais denominadas Kuphaslha⁹ (evocar os antepassados), geralmente realizadas em períodos de abertura e encerramento da época de “canhu”¹⁰ (bebida tradicional) e em cerimónias familiares incluindo as cerimónias públicas no âmbito da inauguração de diversos tipos de empreendimentos. As cerimónias públicas são geralmente acompanhadas pelas danças tradicionais e as mais praticadas são o Chigubo (Batuque) e Makuaela (Cuenhela; 1996). O sistema de abastecimento de água no Distrito de Boane é feito por poços construídos pelo Programa de Desenvolvimento Rural (PRORURAL). A situação de abastecimento de água no Distrito é insuficiente e de desigual distribuição. Algumas populações têm que percorrer distâncias de 7 a 14 km até o poço mais próximo (MAE; 2005). Segundo os dados do censo de 2007, do total da população residente no Distrito, apenas 29% tem água canalizada e 24% tem electricidade.

O posto administrativo de Matola - Rio registou melhorias a partir de 2007 graças aos altos índices de imigração de população oriunda da cidade de Maputo, detentora de alto padrão de vida, a procura de lotes de terra para a habitação. Dada a distribuição significativa da rede hidrográfica no Distrito, a actividade pesqueira, embora praticada

⁹ Um ato considerado comum nas famílias Moçambicanas que consiste num cerimonial dirigido por uma autoridade local Legítima, que pode ser um régulo ou secretário do bairro, envolve sempre uma bebida tradicional seca, mas devido a crescente modernidade, actualmente usa-se também bebidas secas industrializadas.

¹⁰Canhu – Nome do fruto proveniente da árvore de canhoeiro cujo nome científico é “*Sclerocaryabirrea*” que na zona Sul de Moçambique é geralmente usado para o fabrico de uma bebida tradicional também denominada canhu, cujo início do seu consumo em cada época é precedido de cerimónias tradicionais

artesanalmente e para consumo próprio, tem ocupado uma percentagem significativa da população. É realizada principalmente por uma população adulta, com idade entre 45 e 55 anos e destina-se, como dito anteriormente, ao consumo familiar e a venda entre os vizinhos em caso de excedentes (MAE, 2005). Embora apresente potencialidades nos sectores da indústria, comércio, extracção de recursos minerais e agropecuária, o Distrito tem uma economia expressivamente agrícola com cerca de 70% da sua população empregada na agricultura familiar, na sua maioria praticada em áreas de estiagem.

A proximidade do Distrito de Boane à cidade de Maputo e dos países vizinhos como a Suazilândia e África do Sul, contribuiu para uma actividade comercial bastante activa, sobretudo o comércio informal, que ocupa 14% da população activa, em sua maioria nas áreas urbanas e semi-urbanas do Distrito. Morfologicamente o Distrito de Boane é caracterizado, pela existência de três unidades distintas: a planície costeira (ocupando uma parte muito pequena), que ocorre entre os intervalos altimétricos de 0-200 metros, de 200 a 500 metros encontram-se os planaltos médios e entre os 500 a 1000 metros os alto - planaltos. As planícies costeiras são dominadas por extensas planícies de solos arenosos alternadas por plataformas de mananga¹¹ e cordões de aluvião, enquanto os planaltos médios e alti-planaltos são superfícies de erosão e fortemente dissecadas.

Nas planícies costeiras, dominam solos arenosos das dunas do interior, intercalados por solos aluvionares nas depressões e ao longo das linhas de drenagem natural, na zona de transição para os planaltos médios e os altos - planaltos ocorrem com maior frequência solos derivados da plataforma de mananga - solos com cobertura arenosa variável, texturas franco - argilo - arenosa; castanho amarelado; camada arenosa superficial moderadamente espessa a pouco espessa e por último, no sopé da Cadeia dos Libombos ocorrem solos residuais como, por exemplo, solos basálticos vermelhos e pretos, basálticos líticos e os rio líticos derivados de rochas basálticas e rio líticas, respectivamente (Muchangos 1999). Segundo classificação de Köppen, o clima da região é do tipo Seco de Estepe com inverno seco (BSw) fortemente influenciado pela altitude (alti-planaltos) e pelas incursões de ventos húmidos do Oceano Índico. A precipitação média anual é de 679 mm conforme os dados da Estação de Umbelúzi.

¹¹ Solos de Mananga são depósitos antigos e sódicos duros de Pleistoceno (Muchangos; 1999).

O período húmido estende-se de Novembro a Março e o período seco de Abril a Outubro. A temperatura média anual é de 23.7° C verificando-se que os meses mais frios são os de Junho e Julho e os mais quentes são os de Janeiro e Fevereiro. O Distrito também está na área de acção de ciclones, períodos de estiagem, acção de enchentes. Entre os ciclones já ocorridos destacam-se: o El-Nino, ocorrido em 2003, e que causou danos significativos à produção agrícola, à infra-estrutura económica e social; os períodos de estiagem foram registados nos anos de 1983, 1990 e 1991; as grandes enchentes ocorreram em 1984 e no ano 2000 (MAE; 2005).

Os cursos de água existentes no Distrito pertencem às bacias hidrográficas dos rios Umbeluzi, Tembe, Matola; e pelos rios Movene e Nwlate, de regime periódico, afluentes do Umbeluzi. Destes rios, o mais importante é o rio Umbeluzi, não só como principal fonte de água potável para o distrito e toda cidade de Maputo, mas também como principal fornecedor de água para a irrigação da maior parte dos campos agrícolas. Nasce na Suazilândia, país vizinho, e após 70km de percurso desemboca no Oceano Índico, no estuário de Espírito Santo, onde também têm a sua foz, os rios Matola e Tembe (MAE; 2005). A vegetação nativa do distrito de Boane, localizada na região Sudano - Zambézica, faz parte do domínio das savanas e florestas Sul Africanas. As principais formações vegetais são a savana e matagais de espinhos com acácia herbácea; possui ainda vegetação típica das aluviões que compreende essencialmente savanas herbáceas e estepes e por último estepes alofilas de gramíneas. Ressaltamos que algumas espécies desta vegetação são usadas como material de construção, e para fins medicinais.

CAPITULO VI

ENQUADRAMENTO TEÓRICO – CONCEPTUAL

6.1. Enquadramento Teórico

O presente capítulo busca apresentar o referencial teórico, que serve de guião para orientar o estudo definido, para o efeito as teorias de desenvolvimento como expansão de liberdade de Amartya Sen (2000), a de capital social de James Coleman (1990).

6.1.1. Teorias de base

Deste modo, como forma de compreender a relação entre o capital social o processo de desenvolvimento local, o James Coleman (1990), refere que os aspectos de organização social, tais como redes, normas e confiança como elementos que facilitam a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo promovem acções de desenvolvimento. Assim sendo, a solidariedade e a cooperação possibilitam a promoção de acções e actividades para que activos de pequenos empreendimentos possam ser potencializados, gerando impactos mais rápidos e sustentáveis o que denominamos de economia solidária.

Portanto, para analisar o processo de desenvolvimento local é importante que se tenha em consideração a questão da expansão de liberdades e o capital social mediante a solidariedade, cooperação e coordenação que são aplicadas tanto de forma individual como colectiva nesse processo. A compreensão de fenómenos como a Economia Solidária, por meio da análise do potencial que esta forma de organização económica pode apresentar, é um elemento importante na discussão dos processos de desenvolvimento local. A forma como se busca esta compreensão também assume importância, tendo em vista a complexidade em que se desenvolvem os processos sociais.

A teoria de desenvolvimento como expansão de liberdades proposta por Amartya Sen:

“O desenvolvimento é encarado como expansão das liberdades reais que um indivíduo (pequeno produtor) goza. Considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas orienta acção para fins que tornam o desenvolvimento algo importante, mais do que para os meios que desempenhem papéis de relevo.”Amartya Sen (2000).

Segundo Sen (2010) a liberdade é fundamental para o processo de desenvolvimento, já que o promove por duas razões: a avaliação na qual é possível avaliar se houve a expansão das liberdades das pessoas; e a razão da eficácia, em que a concretização do desenvolvimento depende da condição de agente das pessoas.

Deste modo Sen expõe este conceito de tal modo que:

“Primeiro, precisamos distinguir entre o “aspecto do bem-estar”(well-beingaspect) e o “aspecto da condição de agente” (agency aspect) de uma pessoa. O primeiro abrange as realizações e oportunidades do indivíduo no contexto de sua vantagem pessoal, enquanto o segundo vai além e examina as realizações e oportunidades também em termos de outros objectivos e valores, possivelmente extrapolando a busca do bem-estar do próprio indivíduo” (SEN, 1999).

A posição avaliadora difere de abordagens normativas tradicionais como utilidade ou renda real, o valor da liberdade está além da promoção da liberdade global da pessoa, lhe oferece oportunidades e resultados. Enquanto “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (Sen, 2010).

Desta maneira a liberdade permite ampliar a capacidade individual e colectiva, a eficácia social e a condição de agente, ter mais liberdade para fazer o que é valorizado possibilita o alcance da liberdade global das pessoas, favorecendo a oportunidade de resultados positivos, e assim motivando o desenvolvimento. A capacidade de uma pessoa é formada pelas combinações de funcionamentos, a capacidade é um tipo de liberdade, a liberdade para escolher o modo como viver. (Idem).

A teoria de capital social de James Coleman (1990), permite melhor compreender como se dão as relações de confiança, favoráveis à acção colectiva organizada, existentes entre os membros de um grupo de pessoas. Sem deixar de considerar que os indivíduos podem se utilizar de máquinas, ferramentas, instalações físicas (capital físico) e de suas habilidades e conhecimentos pessoais (capital humano) para atingir seus objectivos,

O autor diz que, na medida em que entre os actores sociais há interdependência, eles somente conseguem satisfazer alguns de seus interesses agindo conjuntamente (acção

solidária). Para tanto, é preciso haver relações sociais que tornem possível a acção conjunta. Segundo o autor,

“Capital social é um conjunto das relações sociais em que um indivíduo ou grupo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objectivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado. O capital social localiza-se não nos indivíduos, mas nas relações que estabelecem entre si, donde a existência de capital social aumenta os recursos à disposição dos indivíduos que encontram-se imersos em tais relações”, (Coleman, 1990)

De acordo com o autor, entre os diversos tipos de relações sociais geradoras de capital social, encontram-se as relações de expectativas e obrigações entre indivíduos que trocam favores, bem como a existência de normas, com suas sanções e prémios aplicáveis pelos actores beneficiários das normas sobre os actores alvos dessas normas. As relações de autoridade, em que um indivíduo concorda em ceder a outro o direito sobre suas acções em troca de uma compensação (material, produtos ou de outra espécie, etc.); as relações sociais que permitem a um indivíduo obter informações de seu interesse por um baixo custo.

6.1.2. Teorias Auxiliares

➤ Teorias de Desenvolvimento Local

A primeira fase dos estudos que destacamos refere-se ao período em que não havia tensão no que diz respeito à diferença entre crescimento e desenvolvimento económico, esses dois conceitos eram tidos como sinónimos. A segunda fase inicia em 1950, logo após a Segunda Guerra Mundial, momento em que surge a teoria do desenvolvimento defendida pela corrente cepalina, que analisou a diferença entre crescimento e desenvolvimento económico. Já, na década de noventa, evidenciamos uma nova abordagem da teoria do desenvolvimento, relacionada ao desenvolvimento sustentável e que se diferencia do desenvolvimento económico pela consideração pela consideração com o equilíbrio do ecossistema.

Cabe ressaltar, ainda, que não dispomos de uma teoria do desenvolvimento sustentável, mas de um conjunto de conhecimentos significativo voltando ao tema (Moretto & Giachinni, 2004). As teorias de desenvolvimento podem ser vistas em dois momentos

nomeadamente antes da 2ª Guerra Mundial aonde não se diferenciava o desenvolvimento e crescimento, e a posterior a 2ª guerra mundial, onde se procura separar o desenvolvimento do crescimento económico.

Nessa primeira fase, notamos duas tendências distintas no que diz respeito à concepção de desenvolvimento. De uma parte estão os economistas clássicos que baseavam seus estudos na lei de Say, a qual afirma ser a oferta geradora de sua própria procura. Entre esses economistas estão Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, Karl Marx, cujo enfoque dado em seus trabalhos é a produção; alguns desses economistas também tiveram preocupação com o campo social.

De outra parte, estão os autores ligados à demanda efectiva: Thomas Malthus, John Maynard Keynes, Michael Kalecki os quais questionaram a aplicabilidade da lei de Say, sobretudo após a Crise de 1929. Em 1950, logo após a 2ª Guerra Mundial, surge uma nova corrente, a da teoria do desenvolvimento, a qual se preocupou com o crescimento aliado ao desenvolvimento. Seus estudiosos, conhecidos como cepalinos ou estruturalistas, levaram em conta as disparidades nos termos de troca e as diferentes formas de dependência observadas entre centrais e países periféricos. Suas ênfases recaiam, ao mesmo tempo, na produção e na sociedade. Tomando como base a fase mais actual, pós – anos 1990, onde a tónica do desenvolvimento sustentável de artigos na área das ciências económicas que tratam dos temas de desenvolvimento económico e desenvolvimento sustentável.

➤ **Teoria de desenvolvimento endógeno**

Quanto as estratégias, segundo a sistematização de Hilhorst (1967), as teorias do Desenvolvimento Regional, especialmente as de índole económica, preocupam-se fundamentalmente com o crescimento regional e podem ser agrupadas em dois grupos: i) o crescimento visto de fora da região; e b) o crescimento visto de dentro da região. Quanto ao primeiro tipo de teorias, apoia-se no princípio de que as diferenças entre as regiões tendem a atenuar-se em resultado da transmissão do crescimento no espaço, por um processo que terá as suas raízes no comércio internacional; o segundo tipo de teorias põe ênfase nas forças internas que podem desencadear o desenvolvimento, para o que tem de se admitir que a região dispõe efectivamente de vantagens suficientemente fortes para que os mecanismos se desencadeiem com base nas suas exportações: teoria da base

económica da exportação. Esta teoria que olha para o desenvolvimento económico com base local.

De acordo com Braga (2002), o “Desenvolvimento Local Endógeno”, teoriza sobre as possibilidades de desenvolvimento a partir da utilização dos potenciais económicos, humanos, naturais e culturais – internos a uma localidade, incorporando ao instrumental económico neoclássico variáveis como a participação e gestão local.

Entretanto, ao fazê-lo dentro da lógica própria ao marco conceptual mas amplo no qual se insere – a lógica do mercado, do individualismo e da eficácia económica o faz, como seria de se esperar, sem ultrapassar os limites dados por tal marco conceptual. O desenvolvimento endógeno envolve a realidade local, pois os actores são as empresas, os empreendimentos e a comunidade local.

A autora refere ainda que, a abordagem do “Desenvolvimento Local Endógeno”, tem como ponto de partida o argumento da existência de duas únicas alternativas diante do desafio colocado pela globalização: adoptar uma estratégia de desenvolvimento exógeno, atraindo investimentos externos para regiões periféricas de desenvolvimento redistribucionistas, ou adoptar uma estratégia de desenvolvimento económico local. Defendendo o argumento de que a alternativa do desenvolvimento exógeno é uma via limitada, de globalização, autores como Barqueiro (1998), afirmam, de forma fatalista, ser o “Desenvolvimento Local Endógeno” a única opção possível. É necessário que se impulse o desenvolvimento endógeno, pois, o exógeno tem seus limites.

Jara (1996), afirma que a valorização do local e da diversidade é a contra face da globalização e que, de forma correlata, o município está se tornando a unidade básica de governo, assumindo o papel de instância capaz de proporcionar satisfação das necessidades das populações e condições de competitividade económica. Com isso, defende o autor, facilidades nunca existentes de participação das comunidades na tomada de decisões surgiram dando origem uma fortalecida solidariedade social.

Autores como Brugnoli (1998) e Puertas (1998), destacam como característica do desenvolvimento endógeno a mudança do carácter da actuação do Estado, que passa a actuar como moderador e facilitador, com a tarefa de apoiar a criação de vantagens de

localização e competitividade, além de prover infra-estrutura, serviços e financiamento para redes de empresas.

6.2. Principais Conceitos

A análise e discussão dos conceitos têm em vista facilitar a melhor compreensão na elaboração do trabalho. Para o propósito do trabalho, devido a sua relevância, serão destacados os conceitos que se seguem, os quais irão permitir a captação do objecto de análise.

6.2.1. Pequenos Produtores

De acordo com MINAG (2014), pequenos produtores agrícolas - são os que possuem menos de 5ha de área cultivada irrigada para produção ou menos de 10ha de área cultivada não irrigada.

6.2.2. Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento apresenta diversas acepções de acordo com os pontos de vista dos autores. Assim sendo, Vasconcelos & Garcia (1998), citados por Oliveira (2002:28), defendem que o desenvolvimento em qualquer concepção, deve resultar do crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes sectores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e habitação). Como pode-se constatar ara este autor o desenvolvimento deve ser reflectido na melhoria da vida das pessoas.

Deste modo, o autor remete-nos em duas (2) perspectivas em relação a compreensão d desenvolvimento à de crescimento económico e a da melhoria da qualidade de vida (expansão das liberdades). No entanto, estas perspectivas estão longe de ser alcançadas em muito países que tem experimentado a industrialização com base em mega

projectos, na medida em que a preocupação é o crescimento económico¹² e não desenvolvimento económico¹³. Oliveira (2002:40), argumenta que o desenvolvimento deve ser encarado como um processo de mudanças e transformações de ordem económica, política e, principalmente, humana e social. Por outro lado, Sousa (1993), defende a existência de duas abordagens sobre o desenvolvimento. A primeira corrente encara o crescimento como sinónimo de desenvolvimento e a segunda o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Sendo um conceito a ter em conta não nos apoiamos neste conceito do autor.

De acordo com Milani (2005:10), muitos teóricos, já tentaram desconstruir o termo desenvolvimento por considerar que implica em práticas associadas a colonização, à ocidentalização do mundo, à globalização económica – financeira e à uniformização planetária (globalização). Isto foi discutido em 2002, em um colóquio internacional organizado na UNESCO¹⁴, “apesar de não explicarem como substituir o conceito e a prática do desenvolvimento, sobretudo nos contextos em que as desigualdades e as carências são ainda muito flagrantes”.

Para Bresse – Pereira (2006:4), advoga que Celso Furtado interpretando livremente Marx, propôs que a ideia do desenvolvimento esteja constituída de dois momentos históricos e intimamente relacionada com o processo de racionalização que caracteriza o mundo moderno. Sendo que, em primeiro momento a racionalidade se revela pelo objectivo económico definido com clareza (o lucro), pela adopção da acumulação de capital como meio para atingi-lo. Esse é o momento da Revolução Comercial. Em um segundo momento, com a Revolução Industrial, a racionalidade se expressa por meio

¹² O crescimento económico é entendido como sendo o aumento sustentado de uma unidade económica durante um ou vários períodos longos. A sua avaliação faz-se através de certos índices: Produto Interno Bruto (PIB) ou Produto Nacional Bruto (PNB).

¹³ Desenvolvimento económico significa um aumento quantitativo da produção, cujas consequências serão o enriquecimento da nação e a elevação do nível de vida, mas sem a preocupação da melhoria das condições de vida da sociedade. Toma em atenção a estrutura de repartição dos rendimentos a par do aumento do PNB.

¹⁴ UNESCO – organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

especificamente racional de alcançar o lucro: a aceleração do processo torna sistemática a incorporação de novas tecnologias e conseqüentemente aumento da produtividade passa a ser uma condição de sobrevivência das empresas. Assim, por um lado podemos afirmar que o desenvolvimento tem por objectivo o lucro e, por outro lado, a produtividade incrementada pela utilização de novas tecnologias.

Osman (2010:229), defende que o desenvolvimento pode ser visto como “... *o resultado de um aumento de produtividade, isto é, um aumento de output de bens e serviços, sem aumento na utilização de recursos*”. Esta perspectiva, parece-nos mais abrangente e simplista para o que se pretende.

Como se pode entender das posições dos autores acima referidos, o desenvolvimento está relacionado com a criação do lucro, crescimento, como também da melhoria das condições de vida dos cidadãos, o desenvolvimento local. No entanto, apoiamo-nos no conceito apresentado por Oliveira (2008), quando olha para o desenvolvimento reflectido na melhoria da vida das pessoas e conseqüentemente a expansão de liberdades.

6.2.3. Desenvolvimento Económico

Sobre o desenvolvimento económico existem diversos estudos a ter em conta na medida em que o mundo atravessou por várias crises de carácter económico e que marcaram profundamente as economias dos países a escala global. Furtado (1968:72), ressalta que “ o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento superando – a”. Nesse sentido, é bastante perceptível a tendência contemporânea de englobar ao conceito de crescimento económico, características de desenvolvimento humano. O crescimento económico é uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas e das instituições.

De acordo com o MPD (2003), o desenvolvimento económico é o processo de desenvolvimento participativo que estimula parcerias entre as principais partes interessadas do sector público, privado, da sociedade civil e das comunidades locais num território definido. Como também pode ser concebido como sendo um processo sobre o qual os interlocutores locais constroem e partilham decisões estratégicas para o

futuro económico, produtivo e laboral do território. Por outro lado Mungoi (2008), define o desenvolvimento económico como sendo o processo que emerge de reformas em curso que estabelecem as bases para o estabelecimento do sector privado, da sociedade civil e parcerias público privado. Onde a função do Estado é a de regular e impulsionar o processo de desenvolvimento económico em parceria com o sector privado, a sociedade civil e as comunidades locais. O estado torna-se responsável em manter estável o ambiente macroeconómico e em criar condições para que factores de acumulação de capital funcionem adequadamente.

Mas para a OIT (2003), o desenvolvimento económico local é um processo participativo (envolve autores públicos e privados de um território), que promove o aproveitamento sustentável dos recursos locais e externos, bem como as vantagens competitivas num contexto global, para gerar emprego e rendimentos, visando melhorar a qualidade de vida da população. Deste modo pensar em desenvolvimento económico local deve-se me primeira estância procurar implementar estratégias ou políticas desenvolvimento que enfatizam o desenvolvimento baseando em três dimensões (social, político e cultural). Sendo assim, as políticas ou estratégias baseadas na solidariedade económica figuram como um vector impulsionador do desenvolvimento económico no contexto local.

Entretanto, Bresser – Pereira (2006), avança que o desenvolvimento económico é um fenómeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados – nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. O autor defende que o desenvolvimento é caracterizado pelo aumento da produtividade sendo que este deve estar associado ao uso de novas técnicas produtivas.

De acordo com Oliveira (2002:32), “ desenvolvimento, e qualquer concepção deve resultar do crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”. Isto implica dizer que as alterações da composição do produto interno e a alocação dos diferentes recursos pelos sectores económicos, devem estar dispostas de maneira a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social. Para Sandroni (2002), o desenvolvimento económico significa crescimento económico acompanhado por melhorias do nível de vida da população e por alterações estruturais na economia. Para

o autor, o desenvolvimento depende, ainda, das características de cada país ou região. Isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem.

Sousa (1995), diz que para se caracterizar o desenvolvimento económico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento económico, medido pelos indicadores de renda, renda *per capita*, PIB e PIB *per capita* de redução dos níveis de pobreza, desemprego, desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte. Desta maneira, o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças de ordem económica, política, humana e social.

Segundo Oliveira (2002:40), “o desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano [...]”. Na década de 90, o conceito de desenvolvimento económico foi ampliado em virtude da preocupação em torno das questões ambientais, passou a ser tratado como desenvolvimento sustentável. Esse novo paradigma articula as questões do meio ambiente com os problemas sociais e económicos, induzindo a uma nova abordagem do progresso tecnológico. Nesta nova perspectiva a ideia de desenvolvimento económico esta focada na necessidade de promover o desenvolvimento económico satisfazendo os interesses da geração presente, sem contudo, comprometer a geração futura (WCED, 1987).

Enfim, o conceito de desenvolvimento entendido a partir da discussão acima está relacionado ao nível de crescimento económico, aliadas as características da distribuição de renda, das condições de saúde, de educação, de trabalho e de moradia da população, bem como às condições ambientais do país. Este conceito amplo de desenvolvimento está pautado em um elemento a mais: o desenvolvimento humano.

Sandroni (1994) citando Oliveira (2002:401), já considerava o desenvolvimento económico como o crescimento económico (incrementos positivos no produto) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Para o autor, o desenvolvimento depende das características de cada país ou região. Isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográfica, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem. Seguindo

o raciocínio de Souza (1993), o desenvolvimento económico requer um ritmo de crescimento económico contínuo¹⁵ (k) e superior ao crescimento da população (r). Isto é claro, englobando mudanças estruturais e melhoria nos indicadores de qualidade de vida. O crescimento aparece, portanto, como a chave para a solução dos problemas humanos e para o desenvolvimento. Porém, numa definição mais detalhada, a questão é saber como as variações de k são distribuídas entre a população. Ainda, se este crescimento é fruto de investimentos em habitação, educação, dentre outros factores que contribuem para melhorar as condições de vida, ou em armas (equipamentos militares). Analogicamente, se tivermos $k < r$ estamos numa situação em que o crescimento económico é insuficiente em relação ao crescimento da população. Essa situação é típica dos países e regiões subdesenvolvidos, que também apresentam estruturas económicas inadequadas e elevada concentração de renda, bem como baixos níveis de condições de vida.

Bresser – Pereira (2006), refere que os dois factores fundamentais a determinar, directamente o desenvolvimento económico são as taxas de acumulação de capital em relação ao produto nacional e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção. O factor principal a determinar a maior ou menos aceleração do desenvolvimento capitalista é a existência ou não de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Na medida em que uma sociedade nacional revela suficiente coesão quando se trata de competir internacionalmente, ela aproveitará melhor os recursos e as instituições de que dispõe para crescer. O crescimento da produtividade de um país depende, directamente da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico à produção.

O desenvolvimento económico é assim um fenómeno histórico, de um lado relacionado com o surgimento nas nações e a formação dos estados nacionais ou estados-nação, e,

¹⁵Milone (1998), no que diz respeito a economia, isto é, “o produto, cresce desde que ocorra: 1) acumulação de capital – através do aumento de máquinas, industriais etc. da realização de obras de infra-estruturas – estradas, energia etc.; e do investimento em recursos humanos: melhor preparação da mão-de-obra, etc. 2) Crescimento da população – um aumento da população implica um aumento da força de trabalho e da demanda interna. (...). 3) Progresso tecnológico – pode ser neutro; poupador de capital ou poupador de trabalho”

de outro, com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho ao próprio capital, que ocorrem sob a coordenação das instituições e principalmente de mercados relativamente competitivos. O desenvolvimento é, portanto, um fenómeno relacionado com o surgimento das duas instituições fundamentais do novo sistema capitalista: o estado e os mercados (ibid:5).

Para que haja desenvolvimento económico a experiencia histórica ensina que é essencial que as instituições garantam, em primeiro lugar, a ordem publica ou a estabilidade politica, em segundo lugar, o bom funcionamento do mercado, e, em terceiro lugar, boas oportunidade de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar. É necessário, portanto, que o estado, na sua qualidade de instituição maior, seja forte: tenha legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei. Para que o estado seja forte não é necessário que seja “grande”, mas não poderá ser “pequeno” porque se for não terá os meios necessários para garantir essa legitimidade (Ibid:6).

Essencialmente o desenvolvimento económico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistémica acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico de produção. Nestes termos, o desenvolvimento económico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional e cultural. É o aumento sustentado dos padrões de vida possibilitado pelo aumento de produtividade de determinadas actividades e/ou pela transferência de mão – de – obra dessas para outras actividades com maior valor adicionado *per capita* porque envolve maior conhecimento.

É o aumento dos salários causando directa e indirectamente por esse aumento de produtividade e essa concentração da população de um estado-nação, nas actividades de maior valor adicionado. O quadro económico-social em que esse processo histórico tem início é o da Revolução Capitalista; o quadro político e o da formação dos modernos estado – nação; o quadro ideológico é o de liberalismo e do nacionalismo; quadro cultural é o da transição para a modernidade ou para o capitalismo enquanto sistema, além de económico, cultural (Ibid:9).

Como se pode depreender pela perspectiva dos autores (Oliveira, 2002; Bresser – Pereira, 2006; Sousa, 2008), o desenvolvimento deve ser acompanhado da melhoria de condições de vida da população. No entanto, é necessário que se alerte para a questão da distribuição da renda provida do crescimento económico, que é interpretado apenas como acumulação de capital. Nem sempre, porém, esse crescimento resulta em uma efectiva melhoria nos padrões de vida. O desenvolvimento surge quando a renda é satisfatoriamente distribuída entre os proprietários dos factores de produção e a sua produção como um todo, favorecendo, assim, a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Por isso, o desenvolvimento se mostra hoje como uma forma de modernizar a economia, tornando-a eficiente e melhor adaptada a realidade social do contexto local em que os actores encontram-se inseridos.

6.2.4. Desenvolvimento Local

A teoria de desenvolvimento local pode ser apresentada como o resultado da falência dos modelos tradicionais de desenvolvimento fundados seja na compreensão do Estado como principal agente promotor do desenvolvimento, seja nas funções locativas do mercado como facilitador do óptimo económico (Muls, 2008:01). O autor vê o Estado como municizador do desenvolvimento local em função das exigências do momento. Por seu turno, Boyer (2002), refere que a mobilização dos actores locais, a formação de redes entre organismos e instituições locais e uma maior cooperação entre empresas situadas em um mesmo território, são instrumentos que têm possibilitado aos territórios novas formas de inserção produtiva e uma atenuação das desigualdades sociais. Entendemos que as organizações locais criam condições para o desenvolvimento local.

O processo de desenvolvimento local implica uma visão comum, articulando as iniciativas de dimensões económicas, social, cultural, política e ambiental. Sendo assim, para Melo (1998:5), “o desenvolvimento local (DL) é antes de mais uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de combina-los de forma racional para a construção de um melhor futuro”. Neste sentido, torna-se necessário frisar que o desenvolvimento local envolve as dimensões da autonomia, cidadania e participação dos actores locais para

combater as desigualdades locais e procurar soluções inovadoras que concorrem para expansão das suas liberdades no contexto local.

Actualmente é quase unânime entender que o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento económico, mas também com a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população e com a conservação do meio ambiente. Estes três factores estão inter-relacionados e são interdependentes. O aspecto económico implica em aumento da renda e riqueza, além de condições dignas de trabalho. A partir do momento em que existe um trabalho digno e este trabalho gera riqueza, ele tende a contribuir para a melhoria das oportunidades sociais.

O desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local (Milani, 2005). Isto conduz a uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste aspecto que o factor cooperação e solidariedade assumem fundamental importância. Os autores olham para as comunidades como agentes de desenvolvimento local pois tem um conhecimento profundo sobre realidade local.

Outro aspecto, relacionado ao desenvolvimento é que ele requer uma articulação entre diversos actores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não – governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos actores tem seu papel a desempenhar e desenvolver no processo de desenvolvimento local (Buarque, 1999). O desenvolvimento local é visto como a rentabilização ou transformação das localidades onde habitam a comunidades. No entanto, esse desenvolvimento deve ter em conta todos os actores dessa região, sejam elas, entidades do estado ou instituições privadas que actuam nessas regiões e uma preocupação com as comunidade e as gerações vindouras.

O desenvolvimento traduz-se na qualidade de vida e bem-estar da população. Ainda na perspectiva social o desenvolvimento local começa-se compreender tal como afirmam Cowen & Shenton (2005), a luz das abordagens de Amartya Sen como expansão de liberdades. Deste modo, os autores locais têm oportunidades e capacidades para fazer diversas escolhas em diferentes situações dentro do contexto local, promovendo acções que possam gerar o desenvolvimento neste mesmo contexto local.

Desta forma, todos os processos de desenvolvimento ou estratégias de desenvolvimento a serem impulsionadas no contexto local devem em primeiro plano dotar os autores locais de capacidades que lhes permitirá fazer escolhas ou expandir as suas liberdades. Ou seja no processo de desenvolvimento o ser humano figura como elemento primordial e condição imprescindível para que o mesmo ocorra em todos contextos e sobre tudo no contexto local.

6.2.5. Economia solidária

A expressão economia solidária designa, antes de tudo, varias experiencias abrangendo formas de agricultura familiar, empresas rurais, empresas industriais ou mais recuperados através da autogestão, cooperativas, redes de catadores e recicladores, redes nacionais e internacionais de comércio justo, de incubadoras de cooperativas, inúmeras experiencias de finanças solidárias, clubes de trocas, etc.

Como vemos, esta outra economia se configura num vasto campo que possui uma grande diversidade. De acordo com Da Silva (2010), estas práticas já existiam, entretanto encontravam-se dispersas e fragmentadas. A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com aceções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado.

A economia solidária é apresentada sob outras nomenclaturas, tais como: economia social, economia popular, Sócio Economia Solidária, Humano economia, Economia Popular e Solidária de Proximidade, Economia de Comunhão. Contudo, neste trabalho optou-se por utilizar a denominação Economia Solidária, uma vez que o foco desta pesquisa bibliográfica esta na dimensão da compreensão das experiencias organizacionais de carácter económico, baseadas em novas e antigas formas de solidariedade, tal como afirma Da Silva (2010), seja em uma perspectiva de busca de alternativa de emprego, ou para a falta dele, seja em uma perspectiva de construção de um modelo alternativo e diferenciado do capitalismo, ou enquanto utopia experimental de novas formas de sociabilidade e de intervenção doa actores sociais no contexto local, no caso especifico os pequenos produtores.

Como prática, a Economia Solidária tem a mesma gênese do cooperativismo, todavia o seu conceito é uma criação recente, afirma Singer (2002). Para o autor, a Economia Solidária é considerada como um *novo cooperativismo*, pois compreende a “volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (Singer, 2002). Os principais argumentos de Singer para justificar a existência da Economia Solidária no contexto actual concentram-se na questão do desemprego e da exclusão social. O autor sinaliza que os próprios trabalhadores podem lutar e reagir contra esses dilemas socioeconómicos e eles próprios, organizados, são capazes de tomar o seu destino em suas mãos, criar suas próprias empresas (Singer, 1998), tornando a Economia Solidária como uma solução não capitalista [...] como caminho para a geração de renda e promoção de desenvolvimento económico local (Singer, 2000).

Com muita pertinência Singer (1999) diz que a Economia Solidária está inserida no âmbito de um processo histórico de revolução social. A transformação social se dará em consequência de uma trajectória histórica que se iniciou com as primeiras cooperativas surgidas da Revolução Industrial. Nessa visão, as experiências da Economia Solidária, especialmente as cooperativas, segundo o autor, seriam embriões de formas socialistas de produção nos interstícios do grande capital.

Com base nessa tendência, Singer (2002) admite que as iniciativas socioeconómicas colectivas surgiram como modo alternativo de produção e distribuição ao capitalismo, cujos princípios básicos são a propriedade colectiva, ou associada ao capital, e o direito à liberdade individual, regidos pela solidariedade, ajuda mútua, democracia e autogestão.

A Economia Solidária, como aduz Singer (2002), é criada e recriada periodicamente pelos que se encontram, ou temem ficar, marginalizados no mercado de trabalho, com a finalidade de unir a capacidade de produção e consumo com os princípios de socialização dos meios de produção. Ao mesmo tempo, Singer (2005) condena a ditadura do capital sobre o trabalho e a crescente desigualdade entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que vendem a sua força de trabalho. Por sua vez, ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para

lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista (Singer, 2000).

Desse modo, a Economia Solidária torna-se uma “alternativa superior ao capitalismo, no sentido mais amplo da vida [...] como uma nova sociedade que une a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social” (Singer, 2002). A Economia Solidária, para Singer gira em torno da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento económico padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere às organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por suas especificidades: a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. (Singer, 2003).

Nessa perspectiva, Singer (1999) define-a como um conjunto de experiências colectivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizado por princípios solidários, espalhadas por diversas regiões do País e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de trocas, bancos do povo e diversas organizações populares urbanas e rurais.

Pode-se considerar, frente a iniciativas solidárias e autogestionárias, que a influência da obra de Paul Singer fundamenta-se na ideia de que a Economia Solidária deve ser outro espaço livre para a experimentação organizacional.

Em sua abordagem, o autor ainda aponta que a Economia Solidária tem sua razão de existir na medida em que efectivamente altera para melhor as condições de vida do trabalhador (Singer, 2000). Por fim, o autor acredita que a Economia Solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de reintegrar-se à produção por conta individual ou colectivamente (Singer, 1998). Constitui-se, então, um projecto revolucionário para uma nova sociedade (Singer, 2005).

Luiz Inácio Gaiger, um dos pesquisadores mais conhecidos, que dedica há anos seus estudos ao tema da Economia Solidária e movimentos sociais, estabelece o termo –

Empreendimentos Económicos Solidários (EES) com objectivo de denominar as iniciativas autogestionárias e solidárias. Segundo Gaiger (1999a, 2001, 2002), sob a luz da teoria marxista, os Empreendimentos Económicos Solidários representam uma nova forma social de produção pela modificação dos princípios e os fins da organização económica.

Os Empreendimentos Económicos Solidários são constituídos de:

“Diversas modalidades de organização económica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas colectivas de sobrevivência” (Gaiger, 2003, p. 135).

As principais características e princípios dos Empreendimentos Económicos Solidários, segundo Gaiger (1999b), são:

- i. **Autogestão** - compreendida como o controle da gestão pelo conjunto dos associados e autonomia diante de agentes externos;
- ii. **Democracia** - expressa pelas decisões tomadas pelo conjunto dos associados, por meio de instâncias directivas livremente formadas e eleitas, garantindo transparência no exercício da direcção e fiscalização por órgãos independentes;
- iii. **Participação** - garantida pela regularidade e frequência em reuniões, assembleias e consultas, com elevado grau de comparecimentos e mobilização de mecanismos de renovação e alternância dos quadros directivos.
- iv. **Igualitarismo** - garantindo por critérios de remuneração pelo trabalho, por uma divisão equitativa dos excedentes e benefícios, pela socialização do capital e pela inexistência de outros regimes de trabalho permanentes para as actividades fim;
- v. **Cooperação** - entendida como a responsabilidade partilhada no processo produtivo, incluindo relações de confiança e reciprocidade, paridade social entre funções de direcção e de execução ou entre tarefas manuais e intelectuais;
- vi. **Autosustentação** - expressa na actividade produtiva geradora de viabilidade económico-financeira, sem comprometimento do ambiente social e natural;

- vii. **Desenvolvimento humano** - inclui processos de formação da consciência e de educação integral e iniciativas de qualificação teórica e profissional; e
- viii. **Responsabilidade social** - que pressupõe uma ética solidária, socialmente comprometida com melhorias na comunidade e com relações solidárias de comércio, troca e intercâmbio; e práticas geradoras de efeito irradiador e multiplicador.

No tocante às desigualdades sociais, Gaiger sustenta que a Economia Solidária tem sido apontada como uma alternativa inovadora e eficaz de criação de postos de trabalho, geração de renda e combate à pobreza, bem como uma prática redutora da vulnerabilidade social causada pela crise do desemprego. Do ponto de vista primordial do desenvolvimento humano, o autor postula que ela “oferece outras condições aos trabalhadores, de conteúdo inegavelmente emancipatório.

Esse conteúdo provém da experiência concreta da autonomia no trabalho e pelo trabalho” (Gaiger, 2004). Em parceria com Jean-Louis Laville, pesquisador da economia social na França, Gaiger analisa em seus estudos referentes à Economia Solidária, que o agir colectivo dessa “outra economia”, “consubstanciado na autogestão, institui novos protagonistas no mundo do trabalho e nos embates da cidadania, em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa” (Gaiger; Laville, 2009).

Entretanto para Roberto Marino (s/d), citado por Da Silva (2010), a economia solidária é:

“Um conjunto de actividades económicas – de produção, comercialização e consumo, serviço e finanças – realizados e organizadas colectivamente por trabalhadores. Inspirados em valores de solidariedade, da cooperação e da autogestão, essas iniciativas solidárias visam à geração de renda e oportunidades de trabalho associado por meio da viabilidade económica dos empreendimentos”.

Por outro lado, Arruda (2000) citado por Da Silva (2010), utiliza o termo Sócio – Economia Solidária para se referir a:

“Um movimento que transcende as iniciativas restritas ao económico. Além das transformações institucionais na esfera socioeconomia, implica mudanças profundas no

nível das relações sociais e culturais: envolve mudanças na visão do mundo e paradigmas, valores, atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações, paixões e desejos”.

Assim sendo, as iniciativas de Economia Solidária tem sido interpretadas como expressão de processos muito recentes de organização social sob forma associativa, que vêm questionando capacidade do Estado para mediar os efeitos do mercado e propõe o fortalecimento da sociedade organizada como forma de promover desenvolvimento local tendo como agente de intervenção os actores locais.

Portanto, Da Silva (2010), advoga que a economia solidária é uma prática cujas relações são regidas pelos valores de autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, à questão de género, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista um projecto sustentável, global e colectivo. Também é entendida como uma estratégia de promoção do desenvolvimento local a partir da materialização de determinadas políticas nacionais no contexto local, sustentada em formas colectivas, justas e solidárias de promoção de desenvolvimento.

Diferentemente dos autores, Carlos Vainer (2000), citado por Da Silva (2010), discorda do posicionamento da Economia Solidária, uma vez que acredita tratar-se de um contradição juntar a economia e solidariedade. Acredita que o capitalismo não permite espaços à solidariedade e que a Economia Solidária não constitui um modelo alternativo de organização social. Em suas palavras:

“Uma coisa é uma organização cooperativa, outra coisa é um projecto ideológico que permite instalar um território liberado do capital dentro do capitalismo. [...] O cooperativismo não é alternativo e pode ser, simplesmente, estratégia de controlo [político de populações desesperadas]. Pode também, entretanto, em certas circunstancias, oferecer a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade, daquilo que poderia ser um outro mundo”.

Entretanto, para Rezato (2011) citado por Da Silva (2010), a Economia Solidária visa o desenvolvimento, a sustentabilidade, a justiça económica e social e a democracia participativa. Rezato (2011), conceitua a Economia Solidária como sendo:

“Uma formação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiencias económicas – no campo da produção, comercio, financiamentos de serviços etc., - que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais

de solidariedade, mutualismo, cooperação, autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial diferente de outras racionalidades económicas”.

Na sequência capitalista, as etapas de produção apresentam como factores económicos: capital (K) e trabalho (L). No modelo da Economia solidária, Razeto (2001), destaca um factor (C), composto por cooperação, colectividade, colaboração e coordenação. Este novo componente se manifesta na forma de:

“Cooperação de trabalho, que acrescenta a eficácia da força de trabalho; no uso compartilhado de conhecimentos e informações, que dá lugar a um importante elemento de criatividade social; na adopção colectiva de decisões; na melhor integração funcional dos diferentes componentes sociais da empresa, reduz a conflitualidade e os custos dele derivam; na satisfação de necessidades de convivência e participação que implicam que a cooperação da empresa proporcione a seus integrantes uma serie de benefícios adicionais não contabilizados monetariamente, mas reais e efectivos: no desenvolvimento pessoal de sujeitos envolvidos nas empresas, derivados da comunicação e mudanças derivados de personalidades diferentes etc. (Razeto, 2001) ”.

Analisando essas experiencias de Economia Solidária, Lisboa (2005) citado por Da Silva (2010), considera que:

“Não estamos nos referindo a um sector não mercantil e não monetário, como a economia da dádiva. Também não estamos falando dum sector não lucrativo, como o terceiro sector. O aspecto central da Economia Solidária não é a sua não – lucratividade, até porque a dimensão do lucro, ainda que renomeado como resultado, sobra ou excedentes, esta presente nas suas expressões mercantis, é preciso realçar que uma das originalidades da economia solidária é estar no mercado sem se submeter à busca do lucro máximo, como se evidencia pela pratica de preços justos pelos seus empreendimentos abre mão a possibilidade de maximizar o lucro em função duma perspectiva social e ecológica. Lisboa (2005) ”

Segundo Singer (2003), citado por Júnior *et all* (s/d), a economia solidária refere-se a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre seus membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. Por outro lado, Brasil (2011), citado por Junior *et all* (s/d), define a economia solidária como o conjunto de actividades económicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão”.

Neste trabalho usaremos a abordagem proposta por Gaiger & Laville (2009) citados por Jaientilal & Mungoi (2010), em que a economia solidária é definida como a promoção de acções e actividades que possibilitam que activos dos pequenos produtores possam ser potencializados mediante a associação de indivíduos e outras formas colectivas de produção e gestão gerando impactos mais rápidos e sustentáveis. Na economia solidária, tanto se podem incluir acções exercidas por indivíduos ou colectividades como por micro unidades (associações), desde que se orientem por princípios de mudança e desenvolvimento social. Nela valorizam-se alguns tipos de diferença, inclusive de base local, como resposta ao processo de globalização e às políticas verticais, visando à construção de "utopias" comprometidas com o desenvolvimento local, pela promoção dos pequenos produtores.

CAPITULO VII

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa realizada no distrito de Boane, baseados nas entrevistas e observação participante do pesquisador. É válido frisar que as informações contidas neste capítulo foram colectadas em varias fontes de evidência e baseiam-se tanto em dados primários quanto secundários. Sendo que, a partir de vários dados colectados é que foi construído um quadro geral sobre a economia solidária como estratégia de desenvolvimento local.

7.1. Identificação das experiencias de desenvolvimento local no distrito de Boane orientados para os pequenos produtores.

De acordo com o Relatório de Balanço Anual do Distrito de Boane referente ao ano de 2015, podemos encontrar no que tange a componente de estratégia de desenvolvimento virada aos pequenos produtores o PEDSA que consta no item Fundo Distrital de Desenvolvimento que é operacionalizado através do fundo de Fundo de Iniciativa Local (vulgo 7 milhões) e os PROAGRI I e II, como as únicas estratégias de desenvolvimento orientada para os pequenos produtores, pés embora, existam ainda pequenos programas de financiamento viradas aos pequenos produtores que são facilitadas e/ou operacionalizadas por algumas instituições não – governamentais, tais como a CLUSA e ACDVOCA.

Neste âmbito o Governo Distrital tem aprovado e/ou implementado projectos locais de desenvolvimento, no âmbito da produção de alimentos, geração de rendimentos e emprego. Com esta estratégia o governo pretende melhorar os níveis de produção e produtividade fazendo com que, os actores locais (pequenos produtores e não só), desenhem projectos de geração de renda com o intuito de promover o desenvolvimento local.

De acordo com o Relatório de Balanço do Governo Distrital (2015), onde se apresenta detalhadamente a operacionalização do Plano Económico e Social, foram financiados no âmbito dos Fundos de Iniciativa Local três (3) projectos agrícolas virados aos pequenos produtores no ano de 2015, sendo que no ano de 2016 não foram ainda

financiados nenhum projecto e o PROAGRI, que se dedica a extensão agrária aos pequenos produtores no distrito de Boane.

De acordo com os técnicos da Repartição de Planificação e Desenvolvimento Local do distrito de Boane. Este facto é testemunhado pelo extracto do depoimento de Mariano, técnica RPDL, referindo-se que:

“Com a crise que estamos a enfrentar muitas despesas foram reduzidas e algumas cortadas, a título de exemplo foram os fundos de iniciativa local vulgo sete (7) milhões, fazendo com que não recebêssemos estes valores e conseqüentemente não pudéssemos aprovar e financiar novos projectos. Neste momento, estamos focalizados na monitoria e avaliação dos projectos financiados no ano de 2015 junto aos beneficiários”. (10.10.2016).

Com advento da crise económica que o sector do desenvolvimento local de Boane apresenta, começa-se a perceber tal como advogam Brugnoli (1998) e Puertas (1998), uma tendência do desenvolvimento endógeno em que o estado ou as instituições do estado passam a actuar como moderadores e facilitadores do processo onde os actores locais (os pequenos produtores), podem ser beneficiários de alguma expertise dos técnicos e possíveis financiamentos para as suas redes de cooperação por via do estado em parceria com organizações de cooperação internacional.

Entretanto, devido a esse défice os pequenos produtores começam a sentir-se excluídos pela ineficácia das estratégias de desenvolvimento, a solução começa a passar pela procura de alternativas locais para suprir os *deficits* impostos pela incapacidade do estado em prover mecanismos que possam impulsionar o desenvolvimento local.

Ainda de acordo com os técnicos da Repartição de Planificação e Desenvolvimento local, como forma de dar continuidades as acções dos pequenos produtores mesmo sem fundos, foi introduzida.

Este facto é testemunhado pelo extracto do depoimento de João, técnico da RPDL, disse o seguinte:

“Metodologia de Escola Machamba do Camponês (EMC) ou “Farmer Field School”, que actualmente modela os serviços da extensão do sector público no País, é uma das mais recentes práticas de extensão promovidas em vários países em desenvolvimento com o apoio da Organização das Nações Unidas, objectivando envolver os pequenos produtores na

aprendizagem e criação, por meio da experimentação e troca de conhecimentos entre eles e com os agentes de extensão e pesquisadores”. (13. 10.2016).

Deste modo, para a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), a abordagem da EMC é um processo baseado na educação de adultos. É muitas vezes descrita como uma “escola sem paredes”, que visa melhorar a capacidade de tomada de decisão das comunidades dos produtores (pequenos produtores) e estimular inovações locais que sejam sustentáveis para a agricultura (MINAG, 2006). Seu pressuposto baseado na partilha dos conhecimentos entre os produtores treinados e os não treinados visa garantir uma rápida difusão de informação, aumentar a cobertura dos serviços prestados pela extensão agrícola e tornar a intervenção rentável e viável (FEDER, 2003).

Começamos a perceber aqui a falência do estado e dos modelos tradicionais do desenvolvimento fundados seja na compreensão do Estado como o principal agente promotor do desenvolvimento, tanto em funções de alocação do mercado como a de facilitador do óptimo desenvolvimento local. Esta posição pode observar-se no extracto do Raimundo, técnico dos SDASA, que se pronunciou nos termos seguintes:

“Os pequenos produtores devem procurar formas sozinhos de ultrapassar esta crise de falta doravante da não transferência dos fundos de iniciativa local. O que podemos fazer é apoiá-los em técnicas no âmbito do nosso programa de extensão rural virada aos pequenos produtores. (13/10/2016)”.

Pés embora, existam experiências de desenvolvimento local no distrito orientados para os pequenos produtores, com a actual situação socioeconómica e política em que o país se encontra.

7.2. Descrição do modelo comportamental dos pequenos produtores do distrito de Boane

As transformações do sistema produtivo e a interligação dos mercados num ritmo mais acelerado que o da internacionalização, inerente ao capitalismo, têm uma manifestação territorial clara. Desta forma, os modelos comportamentais dos pequenos produtores cria uma lógica interna que traduz em organização social de trabalho característico a

este contexto local que vai se traduzindo em busca de alternativas para promoção do desenvolvimento local.

Deste modo, Negrão (1995), enfatiza que a evidência empírica e histórica construída permite definir os pequenos produtores (família rural) como a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição das sociedades rurais africanas. Subentende-se que a agricultura representa uma fonte de rendimento indispensável mas não exclusiva e que o comportamento de cada unidade singular é parte integrante de um todo onde reside a reprodução social e o seguro contra os riscos.

Assim sendo, para compreender os modelos comportamentais dos pequenos produtores é importante perceber as suas próprias características. Negrão (1995), defende que a primeira característica a reter é que as funções de **produção e de consumo** são interdependentes nos processos de tomada de decisão sobre a adjudicação de recursos, ou seja, não é possível aplicarem-se modelos económicos que considerem a firma como unidade produtiva e o lar como unidade de consumo. A segunda característica a salientar é que a função de **distribuição** também se coloca ao nível dos pequenos produtores. A distribuição dos factores de produção de acordo com o rendimento e a sua acumulação em bens ou obrigações é essencial para as relações sociais e económicas entre os pequenos produtores.

7.2.1. Função de Produção

Sendo os pequenos produtores uma unidade de produção, ela produz um resultado, resultado esse, que pode ser agrícola, mas que pode também incluir os advenientes da criação de gado, artesanato, pequenas indústrias, comércio e do mercado informal. Mas ainda, o resultado da adjudicação do tempo de trabalho dos pequenos produtores pode ser o salário ou pagamentos auferidos nas zonas rurais ou nos centros urbanos. Porém, Negrão (1995), defende que apesar dos vários resultados conseguidos pelos pequenos produtores, há o que é indispensável – o da agricultura – aquele que, por livre vontade da família não é completamente substituído pelas fontes de rendimento. Se ele é o principal ou não depende de vários outros factores, como sejam as condições ambientais, os termos de troca, o mercado de trabalho e o sistema fiscal em vigor. Esta posição pode observar-se no extracto de Benjamim, secretário da associação que se pronunciou nos termos seguintes:

Nos passamos a desenvolver a actividade (agricultura) porque vimos o custo de vida, as coisas não estavam a andar, aí pensamos, se a gente passar a esperar até fim do mês a coisa não dá. A gente vai de manhã produzir isto, aquilo e antes do dia 1 a gente tem qualquer coisa para comer e vender. (25.10.2016).

Portanto, como a agricultura é indispensável, torna-se vital para os pequenos produtores o acesso a terra. Quer como detentora de uma ou mais machambas, como arrendatária ou como senhor de terras os pequenos produtores desenvolvem uma relação com a terra que não está alheia a factores externos sobre os quais não tem controlo. Esta relação está dependente do sistema de uso da terra que estabelece as normas de acesso, posse, transmissão e alienação.

Embora os sistemas de usos da terra tivessem preservado o acesso, houve uma ameaça quase permanente à sobrevivência e à reprodução social, que forçou que a minimização dos riscos se tornasse mais importante que a maximização dos lucros desta unidade produtiva. Dois elementos resultam do confronto entre os pequenos produtores e as pressões externas, a garantia de ter o indispensável resultado agrícola e a divisão do uso do tempo de trabalho dos membros em actividades agrícolas e extra-agrícolas. Assim, os pequenos produtores são aqueles cuja segurança última reside nos direitos do uso da força de trabalho dos seus membros (Saul & Woods, 1971).

Sendo assim, de acordo com Saul & Woods (1971) citados por Negrão (1995), é possível assim caracterizar uma função de produção agregada:

- i. Pode ser mensurada através do tempo de trabalho empregue para a obtenção dos correspondentes rendimentos;
- ii. Primeiramente ela assegurar a produção dos rendimentos agrícolas considerados indispensáveis; e,
- iii. Como qualquer outra função de produção que lida com o mercado, procura maximizar os lucros dentro das restrições e dos limites impostos por factores que lhes são exógenos.

Os pequenos produtores são também uma unidade de **consumo**, ela consome não somente a sua própria produção mas também o que é comprado, trocado ou recebido a crédito. O consumo tem por objectivo a satisfação das necessidades dos produtores, que são o que é diariamente gasto pelos membros, na reprodução social e no cumprimento

das suas obrigações sociais, como sejam o pagamento de impostos, os compromissos das alianças entre linhagens e festividades. Obviamente que as mesmas pressões exógenas que afectam enquanto unidade de produção também estão presentes enquanto unidade de consumo. Ou seja, os resultados são orientados primeiro para a minimização dos riscos e em segundo para o bem – estar dos pequenos produtores. Nesse sentido, não tem significado tentar-se definir os pequenos produtores somente como aqueles que partilham do mesmo espaço (terra) ou mesmos instrumentos de trabalho (enxadas, etc).

Como unidade de consumo os pequenos produtores têm uma função de bem-estar que não só representa a soma dos benefícios ou utilidades dos seus membros mas também, o que é mais relevante, a utilidade holística através de segurança da reprodução social. Seria demasiado fácil restringir a utilidade dos membros das associações de pequenos produtores a satisfação da sua necessidade de subsistência. Kelein (1980) citado por Negrão (1996). Portanto, nem as necessidades são exclusivamente de subsistência nem a soma dos indivíduos nas associações de pequenos produtores equivale as necessidades de toda a associação ou grupo de produção. A função de bem-estar no seio dos pequenos produtores agrega as utilidades dos seus membros e incorpora os sistemas de alianças entre linhagens como garantia para a reprodução social. Este facto é testemunhado pelo extracto do depoimento de Macaringue, presidente da associação, que disse o seguinte:

“Nós estamos a ver que existe um rendimento, antigamente quando trabalhávamos individualmente tínhamos muitos problemas, falta de muitas coisas, até para comer era difícil, etc, mas agora já não, quando a gente empenha-se aqui na machamba é porque de facto alguma coisa sobre sai. Este milho quando está pronto uma parte vendemos e distribuimos o rendimento entre os membros e outro dinheiro guardamos. Temos também um fundo para apoiar os membros quando passam por alguma necessidade social nas suas famílias. (02.11.2016).”

Depois de suprir as necessidades das pessoas envolvidas, o excedente é trocado ou vendido para a aquisição de produtos que não são cultivados nessas propriedades. Portanto, os pequenos produtores rurais, realizam actividades tradicionais, com o intuito de produzirem o suficiente para atender às necessidades de consumo. No entanto, eles enfrentam várias dificuldades, sendo uma delas, o acesso a recursos e infra-estruturas básicos para garantir o desenvolvimento de uma agricultura estável na comunidade.

O total de bem – estar não é mensurável, mas é possível saber quando é que ela prefere uma situação e outra. Um denominador comum das preferências individuais e colectivas é a adjudicação do tempo de trabalho dos membros em actividades produtivas agrícolas e extra-agrícolas. O critério de avaliação das preferências é dado por uma variável endógena e outra exógena. A variável endógena é a do rendimento em espécie que determina a quantidade de tempo que deve ser despendido na satisfação das necessidades básicas e no cumprimento das obrigações de produção. Há dois constrangimentos à eficácia desta variável: o recrutamento compulsório do tempo de trabalho por um terceiro e a adjudicação de tempo para a produção do resultado agrícola indispensável para que não haja fome.

A variável exógena é a do rendimento em numerário que consome mais ou menos tempo de trabalho dos membros das associações de acordo com o seu desempenho e as características dos mercados. Assim, a eventual eficácia económica que é procurada pelo reajustamento estrutural, irá requerer muito mais do que a simples relocação do tempo de trabalho da produção que não pode ser relocado e porque a sua adjudicação ao rendimento em numerário esta dependente de vários constrangimentos, como sejam, as taxas salariais, os preços de mercado para os produtos agrícolas, a as oportunidades do mercado informal.

Deste modo, para Negrão (1995), a função de consumo ou melhor, o bem-estar social, pode ser caracterizado por:

- i. Ser medida pela soma do tempo de trabalho adjudicado às actividades produtivas agrícolas e não agrícolas;
- ii. Incluir a utilidade derivada do cumprimento das obrigações sociais;
- iii. Distribuir – se ao longo de uma variável dependente (rendimento em espécie) e de uma variável independente (rendimento em numerário) cuja sustentabilidade de uma depende da outra não é perfeita.

7.2.2. Função de Distribuição

De acordo com Negrão (1995), os pequenos produtores são também uma unidade de distribuição, no sentido em que eles partilham os seus factores de produção de acordo

com as fontes de rendimento. Há dois tipos de rendimento que se complementam no orçamento dos pequenos produtores:

- i. Rendimento em espécie; e
- ii. Rendimento em numerário.

Em cada tipo de rendimento os factores de produção são distribuídos entre a agricultura e fora da agricultura. Em condições perfeitas de mercado os recursos seriam adjudicados de acordo com a sua produtividade marginal com vista a se alcançar o equilíbrio entre a oferta e a procura de cada factor de produção. Mas os mercados não são perfeitos.

Com efeito, os processos históricos nos mostram e os pequenos produtores desenvolvem as suas instituições para o relacionamento com as imperfeições dos mercados. Nos dias de hoje, tal como no passado, os pequenos produtores continuam a recorrer a complexas **redes sociais** de alianças entre linhagens para amortecer as flutuações e as imperfeições dos mercados, para minimizar os riscos, para garantir a reprodução, e como colateral para os crescimentos de outras associações de pequenos produtores a eles aliados.

O tempo de trabalho dos pequenos produtores é prioritariamente adjudicado à produção dos resultados agrícolas indispensáveis, o que inclui a produção agrícola em espécie e em numerário. Obviamente que a quantidade de tempo de trabalho adjudicada à agricultura para rendimentos em numerário esta directamente dependente dos preços do mercado face à alternativa do uso do tempo para ambos os ganhos salariais ou do mercado informal. Dadas as incertezas e riscos das alternativas, os pequenos produtores optam pela distribuição do tempo dos seus membros pelo maior número possível de fontes de rendimento em numerário. A distribuição do tempo de trabalho pela variável de rendimento em numerário é assim diversificada por tantas quantas as oportunidades que o mercado oferece. No lado da variável de rendimento em espécie a quantidade de tempo disponível varia com aquele que é absorvido na angariação de rendimentos em numerário. As alianças entre linhagens são chamadas a intervir sempre que se verifica um *deficit* em trabalho na variável de rendimento em espécie.

7.3. Os mecanismos de estabelecimento de redes de cooperação e solidariedade dos pequenos produtores do distrito de Boane.

Vale novamente ressaltar que a denominação de rede de cooperação e solidariedade para o desenvolvimento em economia solidária se refere ao total de actores que actuam em conjunto no distrito de Boane para promover o desenvolvimento local através da economia solidária. Sendo assim, a sua análise, foi seleccionada apenas uma amostra onze (11) actores - associações de pequenos produtores considerados importantes e estatisticamente significativos.

De acordo com Injosa (1999) citado por Coleman (1990), estas redes de cooperação e solidariedade, podem ser consideradas de uma rede de compromisso social, pois, o seu foco é a geração de trabalho e renda para pessoas desempregadas e marginalizadas do mercado formal de trabalho, sendo este o desequilíbrio da sociedade que demanda acções colectivas e solidárias. Além disso, pela economia solidária se configurar como uma proposta de “outra economia” na sociedade, naturalmente ela enfrenta diversas dificuldades e fortes barreiras culturais, sendo necessária a mobilização constante de um grande número de actores sociais para a sua expansão e fortalecimento.

A análise da rede foi feita com base no conceito de capital social de James Coleman (1990), no qual se fez a necessária compreensão do conjunto das relações sociais em que o grupo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objectivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado. Nesta perspectiva e, em alinhamento ao embasamento teórico da pesquisa, foram criadas sete categorias para melhor compreensão da rede, complementando as informações já expostas na caracterização dos actores participantes na pesquisa de campo:

- i. Configuração da rede;
- ii. Tempo de associação dos actores;
- iii. Acções desenvolvidas pela rede;
- iv. Mecanismos de coordenação; e,
- v. Dimensão da rede.

7.3.1. Configuração da rede

A identificação de todos actores de uma rede, pode constituir uma limitação própria dos estudos sobre as redes, tal como afirma Zancan (2008), isto porque, a dimensão, as constantes mudanças e as ramificações, características próprias de uma rede, dificultam a identificação de seus limites. Apesar disso, o esforço empreendido foi relevante, pois, permitiu a observação de questões importante.

Deste modo, constatou-se que, na representação é possível perceber a ramificação da rede, ou seja, redes menores incorporadas na rede maior, que são formadas a partir de actores alguns, como por exemplo os Serviços Distritais de Agricultura e Segurança Alimentar. Esta observação esta em concordância com a teoria defendida por Mance (1999), em que as redes expandem a partir de novas redes criadas pelos actores e seu leque de relacionamentos. Segundo Sen (2000), a liberdade permite ampliar a capacidade individual e colectiva, a eficácia social e a condição de agente em ter mais liberdade para fazer o que é valorizado, possibilita o alcance da liberdade global das pessoas, favorecendo a oportunidade de resultados positivos, e assim motivando o desenvolvimento. Porém, para Granovetter (1973), esta expansão da rede se da pela presença de laços fracos entre os actores, que permitem a conexão de grupos que não te ligações entre si, mas que podem possuir interesses em comum.

Em geral, o grau de profundidade dos vínculos entre os actores da rede é de **cooperação** e em alguns casos específicos de **colaboração** e de **associação**, segundo as premissas estabelecidas por Rovere (2003). Entretanto, devido à complexidade das redes, é natural que existam vínculos de diferentes intensidades entre os actores. Na rede da região da aldeia PSK por exemplo, o nível de **cooperação** predomina, pois a maioria dos actores contínua centrada em suas respectivas actividades, no entanto chegam a compartilhar actividades e recursos para a concretização de algumas actividades relacionadas à economia solidária, tal como afirma Zeferino, secretário da associação:

“Eu como Secretario por exemplo, não tenho produtos para plantar, falo com um outro de outra associação que tenha viveiros a mais para nos dar, mas quando tiver a outra associação tem que devolver. Tem funcionando muito bem, e sem problemas” (30.11.2016).

O nível de colaboração, anterior à cooperação também é presente na rede e consiste em acções mais específicas de ajuda e apoio mútuo entre os actores.

7.3.2. Tempo de associação dos actores

A informação sobre o tempo de associação entre os actores foi possível apenas a amostra de actores entrevistados, já que seria necessária uma pesquisa mais ampla e detalhada para compreender a totalidade de actores da rede. No entanto, a partir do contexto de aproximação das organizações entrevistadas, percebe-se que seu tempo de associação corresponde praticamente ao tempo de existência das mesmas. Este facto é testemunhado pelo extracto do depoimento de Antonieta, responsável da área de comunicação da associação, que disse o seguinte:

“Estou na associação desde 2006, há 10 anos. Temos 32 membros. A agricultura eh a principal actividade, a associação foi fundada em 2006 mesmo e começamos com a actividade. Primeiro recolhemos os dados, depois aproximamos a entidade (líder da comunidade), onde depois reunimo-nos com as pessoas e informamos quais são as necessidades que nos teríamos de modo que combatêssemos a fome, depois a nossa petição foi aceite, e fomos dados esse espaço e trabalhos”. (10.11.2016)

7.3.4. Acções desenvolvidas pela rede

Na caracterização dos actores participantes na pesquisa de campo, representantes das redes de desenvolvimento em economia solidária no distrito de Boane, já foram expostas algumas realizações específicas de rede. No entanto, nem todas as organizações da rede participam de todas as acções desenvolvidas por ela. Essa é uma das vantagens de se ter heterogeneidade entre os participantes (Powelet all., 2005), pois demonstra que ela possui significativa abrangência, perpassando por diversos sectores da sociedade, ao mesmo tempo que se fortalece por contar com organizações com diferentes conhecimentos e habilidades.

Desde que vem se constituindo como tal, a economia solidária no distrito de Boane, já possui diferentes feições e graus de intensidade relacional. No entanto, algumas acções podem ser consideradas como principais realizações da associação, especialmente por contarem com o envolvimento e suporte da maior parte dos actores. Outra entrevistada é Ester, tesoureira da associação, que afirma o seguinte:

“Desde os começos que nos pedimos apoio, exemplo quando há faltas de adubos, porque adubo agora esta muito caro. Por exemplo a Come Noi agora esta a trabalhar com o projecto regadio, pode vir uma outra associação pedir adubo que tenha urgência mas não tem dinheiro, podemos emprestar quando eles tiverem devolver”. (15.11.2016).

7.3.5. Mecanismos de coordenação

Um dos principais desafios das redes de cooperação (associações) em economia solidária é a coordenação entre os interesses individuais e colectivos. De forma geral, no distrito de Boane, existe um acordo formal que articula todos os actores e estabelece as regras e normas das associações (os estatutos), para além desse, outro principal mecanismo é a confiança que se estabelece entre os actores. Esta posição pode observar-se no extracto do senhor Zimba, membro da associação, que se pronunciou nos termos seguintes:

“Um das formas que usamos para estabelecimento dos princípios são os estatutos que preconizam questões relativas a gestão das associações. Mas também cada membro tem um contracto de trabalho, que lhe liga a associação”. (29.11.2016).

Alguns aspectos da rede de cooperação dos pequenos produtores constituíram uma aprendizagem. Consideramos aprendizagem, porque merecem uma atenção especial e um possível tratamento para não prejudicar a actuação da rede e sim contribuir para o seu fortalecimento. A maioria dos aspectos, analisamos sob duas (2) perspectivas, uma positiva e uma negativa. São tidos como positivos por terem favorecido de alguma forma para o sucesso da rede (associação) ou promoção de desenvolvimento local, mas também negativos pois em certo grau dificultam seu funcionamento e actuação.

7.3.6. Dimensão da rede

Considerando que o grande potencial do distrito de Boane é a agricultura, a quantidade de actores envolvidos com a economia solidária e o número de empreendimentos existentes demonstra a forte actuação da rede de cooperação. Para que a redes (associações) atingissem esta dimensão algumas características inerentes ao próprio distrito foram facilitadoras, a título de exemplo é a questão de presença de potenciais parceiros de cooperação.

A dimensão da rede é tida como um aspecto positivo, pois:

- i. Fortalece o Movimento da economia solidária na medida em que envolve um maior número de actores da sociedade;
- ii. Possibilita um maior intercâmbio de capital intelectual entre as organizações;
- iii. Disponibilização de mais recursos a serem combinados; e
- iv. Facilita a expansão da própria rede.

Por outro lado, percebeu-se que a dimensão da rede proporciona dificuldades de coordenação e actuação em conjunto:

“Cada associação tem um membro da informação, que dá a conhecer que no dia x há isto, ou reunião ou mesmo uma visita”.

Alguns actores se envolvem de forma superficial e pontual e não participam efectivamente das decisões e das actividades. Essa situação gera sobrecarga de trabalho para alguns actores, especialmente, os mais envolvidos.

CAPITULO VIII

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

8.1. Conclusão

O presente estudo procurou analisar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento local, buscando estudar os pequenos produtores do distrito de Boane. De modo a compreender a contribuição da economia solidária no processo de desenvolvimento local, a partir da análise das redes de cooperação e solidariedade dos pequenos produtores, do distrito de Boane, realizou-se o presente estudo empírico, que permitiu observar a partir da análise da contextualização histórica do fenómeno na região Sul de Moçambique e da revisão da literatura que, a economia solidária sempre esteve associada a questão da organização social do trabalho, principalmente no que trata a necessidade de procura de emprego e renda para garantir melhores condições de qualidade de vida e bem-estar dos pequenos produtores e suas famílias.

A economia solidária encontra-se em processo de consolidação na literatura, a muitos dos estudos sobre o assunto, consistem na descrição e análise de experiencias existentes, havendo uma lacuna de quadros analíticos para facilitar e permitir análises cruzadas entre diferentes estudos. Apesar do desafio de lidar com temas complexos e interdisciplinares, o estudo da economia solidária como estratégia de desenvolvimento local, permitiu tecer algumas considerações relevantes na opinião do pesquisador. Os dados colecta dos pelas entrevistas, observação e análise documental, permitiram verificar que apesar da situação da seca provocada pelo fenómeno de *el ninoe* do país provocada pela crise internacional, a prática de agrícola continua a figurar como actividade principal da população do distrito de Boane. A primeira consiste na diversificações das estratégias de desenvolvimento viradas para o pequeno produtor encontradas a serem implementadas e operacionalizadas no distrito de Boane.

Nesta situação constatou-se que a agricultura figura no leque das actividades económicas levadas a cabo pela população do distrito como a mais praticada, mas foi possível observar e constatar que poucas acções ou estratégias de desenvolvimento são implementadas para alavancar os pequenos produtores do mesmo distrito. Deste modo, os pequenos produtores vêm-se discriminados e excluídos pelas políticas de

desenvolvimento o que faz com que busquem formas internas para suprir esse *deficit*, através da criação de colectivos de produção, no caso vertente associações.

Outro facto constatado foram as dificuldades de limitar e conhecer todos os actores compreendidos a rede, as relações que se estabelecem entre os actores são complexas e variadas e como visto a rede menor é formada dentro da própria rede. Por ser uma rede composta por diferentes actores, cada um em sua natureza possui um leque de relacionamentos que influenciam e são influenciados pela rede. Como consequência desta complexidade, os próprios actores da rede não possuem o conhecimento preciso de quem são os participantes e quais as relações existentes entre eles.

Uma outra questão analisada foi o elemento de comunicação. Todas as associações contam com espaços para discussão e trocas de informação. Estas iniciativas estatutárias, demonstram a preocupação dos actores, apesar de quase todas apresentarem fragilidades, principalmente relacionada com a fraca adesão dos seus associados. Este facto faz com que haja uma percepção de algumas fragilidades como a sobrecarga de trabalho para alguns actores devido a dimensão da rede, o desconhecimento parcial de alguns actores sobre o que os outros actores de facto realizam não realizam, a esporádica “polaridade” na rede quando os dois actores principais possuem opiniões ou atitudes divergentes, a falta de auto – avaliação sistemática e ampla das realizações da rede e a vulnerabilidade a forças externas de ordem maior como por exemplo os Serviços Distritais de Agricultura e Segurança Alimentar.

Outro sim, mesmo com algumas questões complexas, a economia solidárias (redes de cooperação e solidariedade), é uma forma bastante inovadora para tratar as questões relacionadas com desenvolvimento principalmente em países em desenvolvimento como é o nosso caso, mas também questões sociais actuais, pese embora se apresenta como um fenómeno complexo e desafiante apresentando desse modo dificuldades para a sua operacionalização no contexto rural devido a não institucionalização do mesmo.

O contexto de mudança visualizado, constatamos um forte movimento de novas formas de organização do trabalho e da produção, bem como importantes formas de trabalho colectivo, pois esta situação, leva várias associações (redes de cooperação e solidariedade) a se unirem para assumir o controlo da organização do seu trabalho e de processos produtivos. Tendo sido expressivo o número de experiências colectivas de

trabalho e de produção que se configuram no distrito de Boane. Trata-se de diversas formas de associações de pequenos produtores, de consumo, de crédito e de serviços, associações, fábricas recuperadas, bancos comunitários e várias organizações populares, que no geral compreendem o que esta se chamando de economia solidária.

Assim, quando os pequenos produtores optam por uma dinâmica de economia solidária, em geral não está aderindo a tal perspectiva por se identificar com os ideais históricos do trabalho colectivo, mas por uma necessidade desesperada de inserção no mercado de trabalho. A mudança de representação dos pequenos produtores ocorre após longa vivência da praxis da economia solidária e assim se percebe reflexos de mudança de comportamento e expansão de liberdades (de uma situação individualista para uma situação colectiva, participativa e democrática) não só nas relações de trabalho, mas nas relações familiares e nas relações sociais da vida em comunidade (Santos, 2004). Deste modo, podemos perceber o aumento de opções dos pequenos produtores em fazerem diferentes escolhas em função das opções adquiridas pela participação em acções colectivas de solidariedade e cooperação dentro do seu contexto social ou território, traduzidas em lógicas internas de desenvolvimento local.

Essas redes de solidariedade e cooperação pode ser consideradas como uma tentativa de recuperação e restabelecimento de uma cultura de cooperação e as decisões são tomadas de forma democrática. Essa interacção, só fortalece o sentimento de confiança entre o capital social e contribui para recuperar o sentimento de expansão de liberdades (tendo mais escolhas).

Através deste estudo ficou demonstrado no terreno que, o envolvimento dos pequenos produtores nessas actividades tradicionais tem sido apoiado pela existência do distrito de Boane e de outros sistemas locais de produção capazes de gerar rendimentos para melhorar as suas condições da qualidade de vida e bem-estar como corte e venda de lenha e produção e venda de carvão vegetal e parte da produção agrícola.

Diante da experiência não é possível dizer que, para os pequenos produtores, a economia solidária é uma alternativa viável ao processo de “exclusão social”. São muitas as dificuldades para consolidar tal alternativa, mas pelo que vimos, se as pessoas acreditarem e persistirem, podem construir uma relação de trabalho diferenciada, capaz de promover práticas participativas e democráticas. Mesmo com as dificuldades, a

economia solidária se sustenta, pois as fragilidades técnicas e financeiras não obscurecem o elemento político e solidário da mesma. O elemento político e a constituição de um ambiente participativo e democrático são factores decisivos para que a economia solidária seja sustentada e configurada como alternativa de geração de trabalho e renda e alternativa para os pequenos produtores viverem outra relação de trabalho, que impede a acumulação de capital e promove desenvolvimento local/regional, aumentando as suas capacidades para fazerem diferentes escolhas como produto da exposição a diferentes factores catalisadores para tal.

O actual estágio da economia solidária no distrito de Boane ainda é incipiente, trata-se de um processo que possui uma visibilidade muito recente, para se afirmar que houve uma mudança efectiva na cultura do trabalho. Muito ainda deve ser feito, como fortalecer espaços de interacção entre os trabalhadores, promover formações que possibilitem maior conhecimento sobre os processos que estão ocorrendo e abordar a economia solidária como uma alternativa de fato.

Pode-se dizer que mudanças acontecem a partir da prática de economia solidária, não com a intensidade que se poderia esperar, mas constituindo um processo cauteloso, equilibrando a dinâmica de interacção entre os trabalhadores, o desenvolvimento do EES e o desenvolvimento da comunidade. As mudanças ocorridas promovem melhores relações de trabalho. A partir delas, os pequenos produtores estão mais envolvidos e comprometidos com o contexto em que estão inseridos. Como dito anteriormente, podemos afirmar uma mudança na cultura do trabalho, pese embora, algumas mudanças, elas fornecem elementos suficientes para a consolidação de uma outra cultura, que estimule não somente novas relações de trabalho, mas também relações sociais e económicas e culturais.

De um modo geral, os resultados constatados a partir deste estudo de caso no distrito de Boane sugerem que, a economia solidária é uma estratégia de desenvolvimento local evidente naquele território e pode ser ainda potencializado para que atinja melhores níveis. A conclusão acima apresentada com suporte na teoria de desenvolvimento de Amartya Sen (2000) e a teoria de James Coleman de capital social, confirma, assim, a hipótese de que como estratégia de desenvolvimento local a economia solidária

apresenta-se como a melhor forma de organização social do trabalho para os pequenos produtores do distrito de Boane.

8.2. Recomendações

Em face aos resultados do estudo realizado, tendo em conta a relevância do impacto que o mesmo traz no processo de desenvolvimento local no distrito de Boane, somos de recomendar o seguinte:

- i. ***Envolvimento de agentes externos*** – a aproximação com outras redes (associações) que contribuam para a capilaridade da economia solidária;
- ii. ***Espaços de discussão*** - realizações de encontros, fóruns e conferências distritais para trocar, facilitar, estimular e trocar informações;
- iii. ***Espaços de divulgações*** – feiras que não só permitam a troca e comercialização dos bens e serviços dos empreendimentos, como divulgação da economia solidária em todo distrito. Esta divulgação desperta a atenção para o fenómeno, permitindo a aproximação e inserção de novos actores no movimento e nas redes;
- iv. ***Participação dos empreendimentos*** – a evidência leva-nos a crer que deve-se fazer muito trabalho para que os empreendimentos se apropriem e participem das acções desenvolvidas, realizando encontros entre eles e estabelecendo parcerias com outros actores. Assim, os empreendimentos aumentam sua autonomia e o controle social das acções públicas.

CAPITULO IX

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (2008).** *Análise de conteúdo*. 5ª Edição. Lisboa: Edições.
- Barqueiro, A. V. (1998).** *Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Urgs.
- Blair, J. & Carrol M. (2009).** *Local economic development: analysis, practices and globalization*. Los Angeles.
- Buarque, S. C. (1999).** *Metodologia de planeamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planeamento local e municipal*. Brasília. DF: IICA.
- Brasil (2011). Ministério do Trabalho e Emprego.** *O que é economia Solidária?*
- Bresser – Pereira, L. C. (2006).** *O conceito histórico de desenvolvimento económico*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
- Clark, G. & Mountford, D. (2010).** *Organizing local economic development: The role of development agencies and companies*. USA.
- Cuenhela, A. (1996).** *Autoridade Tradicional em Moçambique*. Ministério da Administração Estatal - Núcleo de Desenvolvimento Administrativo: Projecto de descentralização e Autoridade Tradicional. Maputo: Edição Gráfica.
- Coleman, J. (1990).** *Foundations of social theory*. Cambridge, Massachusest. Harvard University Press.
- Cowen, M. P & Shenton, R. W. (2005).** *Doctrines of Development*. Taylor & Francis e-Library. London.
- Da Silva, A. V. (2010).** *Economia Solidária: uma estratégia política de desenvolvimento. Tese de doutoramento*. Universidade Federal da Paraíba. Brasil.
- França Filho, G. C. (2008).** *A via sustentável – solidária no desenvolvimento local*. Organizações & Sociedade, nº 15, v 45, p. 219 – 232.

- Furtado, C. (1968).** *Teoria e política do desenvolvimento económico*. 2ª Edição. Editora Nacional: São Paulo.
- Gaiger, L. I (2001).** *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Caderno CRH, n 39, p.181 -211, Jul./Dez.
- Gaiger, L. I (2002).** *Empreendimentos Económicos Solidários*.
- Gaiger, L. I (2004).** *Empreendimentos Económicos Solidários*. Apontamentos. Brasil
- Gaiger, L. I & Laville, J. L (2009).** *Dicionário Internacional da outra economia*. São Paulo: Almeida.
- Gaiger, L & Laville, J.-L. (2009).** *Economia Solidária*. In: A. CATANI et al. (orgs), *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Almedina: 162-168.
- Genauto, C. de F. F & Jean – Louis, L. (2004).** *Economia Solidária: Uma abordagem Internacional*”. Universidade Federal de Rio Grande de Sul.
- Gil, A. C. (2002).** *Como elaborar projectos de pesquisa*. 4 Edição. São Paulo.
- Granovetter, M. S: (1973).** *The strenght of weak ties*. American Journal of Sociology. V. 8.
- Haguette, T. M. F. (2007).** *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- HairJr, J. F. (org); Walfinbarger, M.; Bush, R. P.; Ortinau, D. J (2010).** *Fundamentos de pesquisa de marketing*. São Paulo: Bookman Editora.
- Halinen, A. & Tornroos, J. A. (2005).** *Use case methods in the study of contemporary business networks*. Journal of Business Research, v. 58.
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2012).** *Estatísticas sectoriais: base de dados de agricultura*. 2008a. Disponível em: <<http://ine.gov.mz>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (2010). *Estatísticas de Moçambique*. Maputo.

INIA - INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA (1993). *Legenda das Cartas de Solos (escala 1:1,000,000)*. DTA, Comunicação nº73. Maputo.

Jaiantilal, D. & Mungoi, C. (2010). *Microempreendedorismo e associativismo: um retrato preliminar de Moçambique*. Outra Economia – Volume IV – Nº 7 – 2º Semestre.

Jarra, C. J. J. (1996). *O Capital social: Construindo redes de confiança e solidariedade*. Capital social e desenvolvimento social sustentável. IICA, Quito: SEPLAN.

Junior, et. all (s/d). *Economia solidária em Santa Catarina: Um estudo sobre os rendimentos económicos solidários*.

Leigh, N. & Blankley, E. (2013). *Planning local economic development: theory and practice*. USA.

Lemes & Basso (s/d). *Economia Solidária e Desenvolvimento Local: Agricultores Familiares Feirantes e Associações de Catadores*. Brasil.

MAE - MINISTERIO DE ADMINISTRACAO ESTATAL (2005). *Perfil do Distrito do BOANE*, Província de Maputo.

Mance, A. E. (1999). *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização actual*. Rio de Janeiro: Vozes.

Marteletto, R. M & Silva, A. B. (2004). *Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento Local*. Ciência e Informação, v 33, n. 3.

Marconi, M. A: & Lakatos, E. M (1991). *Metodologia do Trabalho científico*. 6ª edição, Atlas, São Paulo.

Melo, A. (1998). *Ditos e reritos em torno do desenvolvimento local*. A REDE. Novembro.

Milani, C. (2005). *Teorias do capital social e desenvolvimento local: Lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia)*. In: capital social, participação política e desenvolvimento local: autores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS).

MINAG (2010). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário 2010 – 2019*. Maputo.

MPD (2003). *Agências de Desenvolvimento Económico Local – ADEL's de Moçambique*. Sistematização de uma Experiencia. Maputo.

Minayo, M.C.S; (1992). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 15A. Ed. Petrópolis: Vozes.

MINAG (2014). *Inquérito Agrário Integrado 2014*. Maputo.

MPD/DNEAP (2010). *Third Poverty Assessment in Mozambique*. Maputo: Ministry of Planning and Development, National Directorate of Applied Studies and Policy

Mubai, B. (2014). *Serviços de extensão agrária pública ao pequeno agricultor familiar do distrito de Boana – Moçambique*. Tese de Mestrado. Universidade Estadual de maringá – Brasil.

Mujovo, F. (2016). *Transformações sociais determinadas pela migração de jovens na localidade de Moine – distrito de Magude*. Tese de mestrado. Faculdade de Letras e Ciências Sociais – Departamento de Sociologia.

Muls, L. (2008). *Desenvolvimento económico local*. Universidade Federal Fluminense. Brasil.

Muchangos, A. Dos, (1999). *Moçambique, Paisagens e regiões Naturais*, Maputo

Mungoi, C. A (2008). *Sistematização de Informação sobre desenvolvimento Económico Local em Moçambique*. Ministério de Planificação e Desenvolvimento – Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural. Maputo.

- Negrão, J. (1995).** *Modelo do Comportamento Económico da Família Rural Moçambicana*. Instituto de Investigação para o Desenvolvimento – Cruzeiro Sul. Colecção Estudos
- Oliveira, G. B. de (2008).** *Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*. Revista da FAE. Curitiba.
- Osman, A. M (2010).** *Financiar o desenvolvimento*. In: Desafios para Moçambique. Maputo: IESE.
- PROAGRI II (2004).** *Strategy Document*. Maputo: Ministry of Agriculture and Rural Development. March.
- PARPA II (2006).** *Relatório do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006 – 2009*.
- PNUD (2010).** *Relatório do Desenvolvimento Humano 2010*: Edição do 20º Aniversário. Nova York.
- PNUD (2015).** *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015*: Nova York.
- Ponte, J. P. (2006).** *Estudos de caso em educação matemática*. Bolema, 25, 105-132.
- Quivy, R. (1995).** *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva Publicação, Lda. 1995.
- Richardson, R. J. (1989).** *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 2ª Edição. São Paulo: Atlas.
- Sambo, B (s/d).** *Exclusão Social nas Zonas Rurais de Moçambique: Os Enteados das Micro finanças*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Departamento de Sociologia.
- Santos, A. M. dos (2004).** *Vivendo e pensando o diferente: representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária*. São Leopoldo: Unisinos.
- Schumpeter, J. (1982).** *Teoria do desenvolvimento económico*. São Paulo, abril cultural.

SEN, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta, São Companhia das Letras.

Sitoe, T. A. (2005). *Agricultura Familiar em Moçambique, estratégias de desenvolvimento sustentável*, Maputo: Junho de 2005 - Mimeo.

Sitoe, T. A. (2010). *Diversificação Produtiva E De Actividades De Geração De Renda: Uma Análise Da Produção Hortícola No Cinturão Verde Da Cidade De Maputo-Região Sul De Moçambique*: Tese (Doutorado) – Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre – RS.

Singer, P. (2000). *Introdução a economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo.

Singer, P. (2003). *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4ª Edição. São Paulo: Contexto.

Singer, P. (2005). *Economia Solidária*. Porto Alegre: Veraz Editores.

Souza, N. de J. (1995). *Desenvolvimento Económico*. 4ª Edição. São Paulo: Atlas.

Thalyta, T. S. (2011). *A economia solidária como meio para o desenvolvimento sustentável – caso do Banco Palmas*. Tese de Mestrado. Universidade de Porto: Faculdade de Economia.

Walsler, N. (2009). *Entrepreneursing and local economic development*. USA.

WCED - World Commission on Environment and Development (1987). *Our Common Future*. Oxford University Press: Oxford.

Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planeamento e métodos*. 3ª Edição. Porto Alegre: Bookman.

ANEXO I – ASSOCIAÇÕES AGRO – PECUÁRIAS DE BOANE

No	Nome da associação	Área (há)	Localização	Finalidade	Nº de trabalhadores			Legalização	DUAT	Contacto
					H	M	Total			
1	Ass. Regantes da Massaca	142	Massaca	Agricultura	55	143	198	Sim	Sim	827043700
2	Ass. Dos Regantes de Manguiza	18	Manguiza	Agricultura	14	48	62	Sim	Sim	828892170
3	Coop 25 de Setembro	40	25 de Setembro	Agricultura	16	22	38	Sim	Sim	825846624
4	Ass. Agrícola de Mahanhane	27	Mahanhane	Agricultura	12	44	54	Sim	Não	
5	Ass. dos agricultores de Mahanhane	600	Mahanhane	Agro-pecuário			34			
6	Ass Mbuizine	339	Chinonanguila	Agricultura	100	950	1050	Sim	Sim	825578531
7	Ass. 3 de Fevereiro	54	R. Marconi	Agro-pecuário			55	Sim	Não	842704620
8	Ass. 19 de Outubro	125	R. Marconi	Agro-pecuário			125	Sim	Não	
9	Ass. Josina Machel	1	Chinonanguila	Pecuária	18	31	49	Sim	Sim	848318860
10	Kape-kape	0.5	Chinonanguila	Agro-pecuária			915	Sim	Sim	825388473
11	Bematchume	6000	Belulane	Agro-pecuária	387	813	1200	Sim	Sim	824137415
12	Ass. Redzeveta	0.5	Matola-Rio	Pecuária	6	14	20	Não	Não	
13	Ass. Dionasse	1500	Matola-Rio	Agro-pecuária	210	390	600	Sim	Não	847384222
14	União Geral da cooperativa	5	Gueguegue	Agro-pecuária			5	sim	sim	828757250
15	Ass. Mabadja	1	R. Marconi	Agro-pecuária			312	Não	Não	
16	Ass. Massaca I	12	Massaca	Agro-pecuária	1	29	30	Sim	Não	
17	Ass. Dos Sequieiros de Manguiza	73	Manguiza	Agricultura	40	106	146	Não	Não	842444237
18	Come –Noi	45	PSK	Agro-pecuária			96	Sim	Não	844283760
19	Ass. Pinto Alegre	5	Gueguegue	Agro-pecuária			10	Sim	Não	842564970

20	Ass Livre de Marren Nguabi	100	Marren Nguabi	Agricultura	18	52	70	Não	Não	861254413
21	Ass. de camponeses e criadores de Mavoco	10	Mavoco	Agro-pecuária			50	Não	Não	
22	Mata-fome	100	Ambrosio	Agricultura	28	72	100	Não	Não	866903923
23	Ass. Viúvas e mães solteiras de Djuba	1	Djuba	Pecuária	3	20	23	Não	Não	824054793
24	Ass Florestal	2	Chihonanguila	Florestal	12	28	40	Não	Não	825187381
25	Ass Ed. Mondiane	172	Guéguégué	Agricultura	305	595	900	Não	Não	822687920
26	Ass Jossias Tongogara	195	Picoco	Agricultura	237	553	790	Sim	Sim	825690721
27	Ass Pfuna Swissuana	4	Mulotana	Agricultura			25	Sim	Sim	
28	Coop Agro-pecuária de Campoane	12.5	Campoane	Agro-pecuária	3	37	40	Sim	Sim	842217680

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Bom dia/Boa tarde prezado (o) senhor (a)

Estamos a realizar uma pesquisa sobre a Economia solidária como estratégia de desenvolvimento local: um estudo de caso de pequenos produtores do distrito de Boane no ano de 2016.

O interesse em estudar os pequenos produtores do distrito de Boane é resultado da importância que este vem dando no fortalecimento da economia solidária há alguns anos. Os resultados da pesquisa irão compor a dissertação do mestrado do Sr. Plínio Osório Fonseca, pesquisador vinculado à Universidade Eduardo Mondlane. Além da questão académica, o objectivo do trabalho é também, de contribuir para o fortalecimento de acções da economia solidária por meio da divulgação das acções desenvolvidas pelos pequenos produtores para que possam servir de base outros grupos ou segmentos sociais.

Neste sentido, gostaríamos de solicitar sua colaboração participando de entrevistas com o pesquisador e compartilhando seu conhecimento e informações. Ressaltamos que as respostas fornecidas não serão utilizadas para outros fins que não a composição do trabalho em desenvolvimento, sendo assim, garantimos o anonimato dos participantes e o sigilo das respostas.

Acrescentamos que o trabalho final será disponibilizado aos participantes das entrevistas e que estes podem se retirar do estudo a qualquer momento sem prejuízo ou constrangimentos. Desde já agradecemos a sua valiosa contribuição e nos colocamos inteiramente à disposição para qualquer esclarecimento e apoio necessário.

O Declarante: _____

Data: Outubro de 2016 / Novembro de 2016

Pesquisador: Plínio Osório Fonseca

Data: Outubro de 2016 / Novembro de 2016

ANEXO III - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Data:	Local:	Entrevista n°:
Nome do entrevistado (a):		Idade:
Organização a que pertence:		
Cargo na organização:		
Tempo na organização:		
Parte 1 – PERFIL DA ORGANIZAÇÃO/ASSOCIAÇÃO		
Número de membros:		
Principais actividades:		
Ano de Fundação:		
Observações:		
Parte 2 – Entrevista Semi-estruturada		
Formação de rede		
<p>(contexto social e histórico) Como e quando a questão de organização em grupos ou associações surgiu?</p> <p>(contexto Social e histórico) Como você (sua organização) passou a se envolver em actividades associativas? Quando isso se deu experiencia?</p> <p>(actores) Quem mais esta envolvido com esta forma de organização social de trabalho?</p> <p>(actores) A sua organização se relaciona com outras organizações que possuem a mesma forma de organização social de trabalho? Explique (quando, motivos e intermediador)?</p>		
Organização e gestão		
<p>(acções) Quais as actividades relacionadas à economia solidária que vocês realizam?</p> <p>(recursos) de onde vem os recursos para a realização das actividades?</p> <p>(frequência) Qual é a frequência das actividades? Existe alguma acção realizada em conjunto e com carácter permanente?</p> <p>(formalização) Existe um contracto formal para firmar o relacionamento entre vocês?</p> <p>(comunicação) Como vocês fazem para se comunicar e trocar informações? (meios, frequência e local).</p> <p>(decisões) como são tomadas as decisões? Consenso, votação?</p>		
Resultados da rede		

(resultados) quais são os principais resultados que vocês vem obtendo como resultado desta forma de organização social de trabalho?

(resultados) Que mudanças verificam desde que começou a trabalhar em conjunto?

(avaliação) Quais são os pontos positivos de trabalhar em conjunto? E quais são os pontos negativos?

(lições aprendidas) O que você acha que deve ser feito diferente para potenciar a actuação das organizações e melhorar os resultados em relação à economia solidária?

(avaliação) Como se faz a avaliação dos resultados das acções da rede